

3

Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul¹

Boaventura de Sousa Santos

O fazedor de laços e teias

Começo com algumas citações sobre laços e teias.² Cláudio Torres é um conhecido arqueólogo português e participou activamente na oposição à ditadura salazarista que durante quarenta e oito anos dominou Portugal. No início dos anos sessenta do século passado fugiu clandestinamente do país, depois de passar sete meses na PIDE.³ Ao chegar a Rabat, em Marrocos, sem grandes contactos, pretende o endereço do conhecido oposicionista português Manuel Sertório.⁴ Como obtê-lo? Em 19 de Novembro de 1961 escreve a Manuel Sertório:

Sou filho do Dr. Flausino Torres, colaborador do *Seara Nova*. Fugi de Portugal junto com cinco amigos e minha mulher num pequeno barco com destino a Marrocos, onde agora temos autorização de permanência. O motivo imediato da nossa fuga foi a recusa em fazer parte das forças coloniais; eu e outro amigo seríamos chamados em 2 de Julho, os outros rapazes que vieram poderiam ser também incorporados pouco depois, e assim saímos em 24 de Junho do Porto e chegamos a Tânger em 10 de Julho. Aqui em Marrocos, dois separaram-se de nós por divergências ideológicas; foi um casal que agora há dias entrou na aventura do Galvão⁵, e que, como deve já saber, foi expulso daqui. Nós os cinco que continuamos juntos estivemos já todos nas prisões da Pide, uns 3 meses, outros um ano e eu saí agora em Janeiro último depois de 7 meses. O Aquino de Bragança deu-nos a sua direcção e viemos imediatamente ter consigo, principalmente para dizermos que também queremos trabalhar, fazer qualquer coisa que sirva à nossa finalidade comum. Desde o princípio que tentamos desenvolver a possibilidade de criar aqui um grupo político activo. Neste momento, depois de resolvido mais ou menos o nosso

primeiro problema de sobrevivência, temos essa possibilidade. Assim, o nosso primeiro passo é a comunicação com todos os núcleos e organizações honestas de portugueses no exílio, para trocar pontos de vista e principalmente pedir ajuda da sua experiência de luta.

Nós temos absoluta confiança em si, Manuel Sertório, e queríamos que nos ajudasse não só nestes primeiros contactos com os portugueses aí no Brasil ou noutros países mas também nos enviasse o maior número possível de propaganda para ser distribuída aqui entre as centenas muito grandes de emigrados.

Além disto, gostaríamos muito de manter uma certa assiduidade de correspondência consigo com vista a uma ajuda extraordinária de esclarecimento e informação que nos poderá prestar.

Queria que recebesse um grande abraço amigo de todos nós que esperamos ansiosamente a sua resposta.

Cláudio Torres

PS: Queria acrescentar que também escrevemos para a Shakuntala Miranda em Londres.

A nossa direcção aqui: Cláudio Torres, 15 avenue de la Victoire, ap. n° 9, Rabat. Maroc.⁶

Como vemos, Aquino de Bragança, na altura em Marrocos, representante do movimento de libertação de Goa, foi quem permitiu o contacto entre dois opositoristas portugueses, Cláudio Torres e Manuel Sertório.

Em 23 de Julho de 1963, Manuel Sertório escreve, já de São Paulo, a Aquino de Bragança sobre Miguel Urbano Rodrigues (irmão do conhecido escritor português Urbano Tavares Rodrigues), um conhecido opositorista, membro do partido comunista. Diz assim:

Meu caro Aquino, não esqueci as nossas tão úteis conversas em Bombaim e Londres. Aqui no Brasil, tenho acompanhado, com os outros companheiros, a evolução do problema colonial e as manifestações visíveis das organizações nacionalistas, especialmente do secretariado da CONCP,⁷ que reputo da mais incontestável representatividade. Sei que o problema português é também objecto do vosso exame atento e disso temos tido nós algumas provas. Espero que, pelas últimas manifestações populares em Portugal, se vá tornando evidente que apenas Salazar e os seus funcionários e oficiais fascistas se opõem hoje ao livre exercício do direito à autodeterminação dos povos das colónias portuguesas. Especialmente na emigração são raríssimos aqueles que, como o capitão Galvão, pretendem contrariar o exercício daquele direito pelo qual, afinal, também nós, portugueses, de certo modo lutamos. Através dos necessários contactos, ultimamente estabelecidos, entre dirigentes portugueses emigrados e do interior, parece de toda a utilidade a deslocação de um certo número de elementos para um país africano, com o General Humberto Delgado⁸ à frente. De fixação dos dirigentes representativos e credenciados num país em que as nossas organizações e as vossas pudessem facilmente contactar e relativamente próximo de Portugal muitas coisas se poderiam esperar. Ora, o General Humberto

Delgado estaria disposto a deslocar-se para Marrocos e pelo menos, eu logo de início, o acompanharia. Esta seria, assim, digamos, a viagem inaugural...

Sucedede que o próprio General me relatou a correspondência já trocada com Rabat nesse sentido, mas que caiu em ponto morto. E é com a anuência do General que resolvi dirigir-lhe, a si, esta carta pedindo que nos informe das possibilidades reais e actuais de uma tal deslocação. Claro que, na sua resposta, agradecerei toda a espécie de notícias que possa transmitir. Incluso, remeto-lhe um documento. Com as minhas saudações para o Marcelino dos Santos, envia-lhe um cordial abraço o seu amigo.⁹

Nessa época, Marrocos era, pela sua proximidade com Portugal, uma base de operações privilegiada para os oposicionistas à ditadura salazarista.¹⁰ Mas não era fácil criá-la e, perante as dificuldades, é a Aquino de Bragança que os democratas portugueses recorrem e os detalhes que dão dos seus planos políticos revelam que tinham nele uma grande confiança e o consideravam um companheiro de luta.¹¹

Alguns anos mais tarde, em Novembro de 1967, Manuel Sertório, já em Argel, escreve à mão o seguinte bilhete dirigido a Aquino de Bragança:

Aqui lhe envio um exemplar do currículo do Miguel Rodrigues, na sequência da nossa conversa de há dias. Ele aceitará um vencimento que permita viver a uma família de cinco pessoas (a mulher dele é muito doente e não pode trabalhar). Quer vir jantar um dia destes a minha casa para conversarmos à vontade. Contamos consigo para a solução do problema do Miguel Rodrigues. Saudações amigas do Manuel Sertório.¹²

Quase dez anos mais tarde e num contexto político totalmente diferente, os laços e as teias tecidas na década anterior continuam fortes. Tais laços e teias envolvem solidariedades pessoais e políticas, relações de amizade e de compromisso político sem que se saiba bem onde terminam umas e começam outras. É que Aquino de Bragança é simultaneamente um político integral e um humanista incondicional. Em Maio de 1976, Aquino de Bragança escreve um bilhete a Piteira Santos,¹³ da Frente Patriótica de Libertação, que foi seu amigo em Marrocos, e depois na Argélia:

Meu velho Piteira, aproveito o excelente portador, meu amigo Mário Trindade, para te mandar este lacónico bilhete. O Mário Trindade é bom conhecedor desta complexa e apaixonante experiência. Julgo que uma conversa informal com ele será muito útil para ti. O Mário Trindade é arquitecto de profissão, de nacionalidade moçambicana e partidário, como eu, duma rápida “normalização” das relações luso-moçambicanas. Estou bem e feliz. Um abraço, Aquino. O Mário Trindade te dará nossas notícias. Saudações fraternas. Aquino.¹⁴

Pouco tempo depois, volta a escrever a Piteira Santos a convidá-lo para o III Congresso da FRELIMO (1977):

Meu Caro Piteira

- Peço informar-me pela volta do correio se aceitas um convite pessoal – como Director do Jornal DR¹⁵ – para cobrir o III Congresso da FRELIMO que terá lugar na 1ª semana de Fevereiro.
- O professor Pereira Sousa esteve cá recentemente e teve uma longa e útil conversa com o nosso Vice-Presidente.¹⁶ Não se esqueceu ele de dizer quão estimulante tem sido para a esquerda portuguesa “as tuas lúcidas editoriais no DL (O Marcelino – disse-lhes – que tu eras um amigo de velha data).
- Deves ter lido a mensagem muito calorosa enviada pelo nosso Presidente ao Chefe do Estado Português condenando os últimos atentados bombistas em Lisboa¹⁷ – é um bom sinal de “degelo”... as relações Portugal – Moçambique podem vir a normalizar-se muito rapidamente...
- “Não temos nenhum contencioso com Portugal[...]” dizia-me Samora quando lhe fiz o relatório da minha viagem a Lisboa.
- Para o III Congresso da FRELIMO foram convidados o PS do Mário Soares e o PC do Cunhal. Espero que o Soares aceitará o convite, pois poderão constatar *sur place* que Moçambique de Samora Machel não é uma “Bulgária” soviétisada, quero dizer um estado “cliente” de Moscovo...
- Mariana e os filhos apreciavam o bacalhau e o “couscous”. Merci pour Estela!¹⁸

Saudações fraternais,
Aquino de Bragança¹⁹

Apesar de totalmente dedicado à construção do novo Moçambique, Aquino de Bragança segue de perto a situação política portuguesa e, tal como no passado, procura criar pontes entre portugueses e moçambicanos, e entre ideários políticos diferentes. A sua vocação para limar arestas, procurar consensos, evitar dogmatismos, ampliar alianças vem de muito longe. É um génio único capaz de humanizar a política no processo em que politiza a humanidade. Referindo-se a vivências de muitos anos antes, José Cardoso Pires, outro conhecido escritor português, também ele exilado em Paris no final dos anos 50, lembra, assim, os seus tempos de exílio em entrevista à revista *Almanaque* (1991):

- Você teve de sair do País um pouco abruptamente...
- Sim, houve um período em que eu tive de me exilar do País no começo duma vaga de prisões de intelectuais. Retirei-me do “Almanaque” e de tudo o mais numa fuga mais ou menos discreta... Londres primeiro, Paris depois e, finalmente, o Brasil. Em Paris fui encontrar Castro Soromenho

que já lá estava refugiado havia um mês. Era um homem muito frágil fisicamente mas duma coragem admirável, o Soromenho. Vivíamos no mesmo hotel barato da Rue des Écoles, acho que conto isso em *E Agora José?*, e tivemos dias difíceis, franceses difíceis, ligações difíceis, guerra da Argélia, Salan, Jeune Nation, toda essa merda. Os nossos companheiros de então eram o Aquino de Bragança, o Mário Pinto de Andrade e o Marcelino dos Santos que é hoje vice-presidente da República de Moçambique, qualquer deles, mergulhado até ao pescoço na independência africana.²⁰ Aliás como o próprio Soromenho, que veio a morrer na maior miséria em São Paulo, amparado por Casais Monteiro e Jorge de Sena.

Para finalizar, um outro traço da personalidade e da trajectória política de Aquino de Bragança pode ler-se num livro muito polémico sobre “as misérias do exílio”, de Patrícia McGowan Pinheiro. A propósito dos opositoristas portugueses em Rabat e em Argel, ela refere esta relação com o Aquino logo no início da década de 1960:

Aquino apreciava o facto de Piteira Santos ser um comunista dissidente [...]. Tivemos um contacto diário com o Aquino. Arranjámos apartamento no mesmo prédio, onde igualmente habitava o Amílcar Cabral e a família, sendo frequentes os serões até altas horas. Aquino era um companheiro sedutor, inteligente e culto, à maneira parisiense. Tinha uma enorme admiração por Amílcar Cabral e Mário Pinto Andrade... [...] Para ele a chave da independência passava por um entendimento com os portugueses e não parecia ter muita confiança no êxito de qualquer luta armada. ‘Eu sou capaz de negociar com o próprio Salazar,’ dizia muitas vezes, algo vaidosamente (Pinheiro 1998: 35).

Anti-colonialismo e anti-fascismo

Aquino de Bragança foi o intelectual orgânico das ligações entre os diferentes movimentos de libertação nacionalistas e entre estes e a oposição democrática ao colonial-fascismo salazarista. Construiu o seu papel com base numa análise teórica não muito explicitamente detalhada, mas muito intensamente vivida das especificidades do colonialismo português e da relação – única no contexto do colonialismo europeu – entre o nacionalismo, o anti-colonialismo e o anti-fascismo. Logo em 1963, pergunta-se em texto publicado na *Révolution Africaine*: “dentro do contexto português como pôr a questão do anti-fascismo e do anti-colonialismo?”²¹ Era nessa altura uma questão muito complexa para a qual não havia respostas inequívocas. É conhecida a ambiguidade de Marx sobre o colonialismo, e a internacional comunista (a Terceira Internacional) tinha dado prioridade durante várias décadas à luta contra o fascismo. A luta contra o colonialismo seria para depois.²² Esta ambiguidade a respeito da luta anti-colonial

reflectia-se nas forças de oposição ao fascismo português e Aquino estava muito atento a elas. Escreve em *Révolution Africaine*, a 15 de Junho de 1963:

A Frente Patriótica de Libertação Nacional é constituída por elementos cujo anti-colonialismo está longe de ser consequente. Por outro lado uma fracção importante da classe operária vive da indústria transformadora²³ cujas matérias-primas vêm das colónias (Bragança 1963:7).²⁴

E a seguir cita o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), onde militavam Manuel Sertório e António Lopes Cardoso, como sendo o movimento que mais consequentemente articulava o anti-fascismo com o anti-colonialismo:²⁵

Estas questões mostram a importância de um programa mínimo apresentando as opções possíveis para um Portugal sem Salazar. O texto que apresentamos do Movimento de Acção Revolucionária de Libertação Nacional esforça-se por clarificar algumas hipóteses de trabalho que merecem reflexão (Bragança 1963:7).

Esta articulação entre a luta anti-fascista e a luta nacionalista, em que Aquino tanto investia, tinha, obviamente, duas faces. Implicava, por um lado, que Aquino observasse de perto as opções dos anti-fascistas portugueses e, por outro, que estes comentassem igualmente de perto as suas análises dos movimentos de libertação. Em 4 de Março de 1973, em carta expedida de Argel e dirigida a Germano Filipe, Manuel Sertório comenta o longo artigo que Aquino de Bragança acabava de publicar em *Afrique Asie*²⁶ sobre o assassinato de Amílcar Cabral de quem era muito amigo:²⁷

Depois de publicado o artigo, tive aqui dois encontros com o Aquino, a quem disse com franqueza ter ficado com a impressão de numerosas lacunas e até de algumas contradições se encontrarem no artigo. Isso espreitou-o a ter-me feito outras revelações. As desinteligências eram muito grandes no PAIGC,²⁸ muitos comandantes do interior estavam contra a direcção, a prisão do partido em Conakry estava cheia, o Amílcar estava ao corrente do que se tramava e previra mesmo o seu assassinio mas, diz o Aquino, considerava que “não podia prender toda a gente”... A reportagem publicada na “Africasia”, para o leitor atento, já dá muita matéria para congeminções: repare que o objectivo inicial é a prisão e não a morte de Amílcar, que os chefes dos conjurados se apresentam ao Sékou Touré,²⁹ que este tem uma resposta evasiva e os deixa partir livremente e só toma uma atitude depois de ouvir os embaixadores de Cuba e da Argélia (países em que Amílcar era pessoalmente muito bem cotado). Repare ainda que o Aristides foi transportado numa barcaça cheia de armas: não se dirigiria ela para uma zona libertada e não para Bissau? Por outro lado, os conjurados poderiam ser tão estúpidos que tivessem acreditado numa promessa de independência para a Guiné sem Cabo Verde feita pelos portugueses (que portugueses?) E seriam todos traidores, depois de muitos deles terem passado anos na guerrilha? E, prisioneiros políticos que são do Sékou, poderiam contar com a cumplicidade deste?! Enfim, pergunto eu: não se teria tratado de uma rebelião contra uma directoria demasiado autoritária, em que o culto

do chefe era perfeitamente claro, e ao mesmo tempo demasiado “ideológica” (pró-soviética)?³⁰

Na entrevista que concedeu a Augusto de Carvalho do jornal *Expresso*, a 10 de Maio de 1975, podemos ver as melhores formulações de Aquino de Bragança a respeito da vinculação recíproca entre anti-fascismo e anti-colonialismo:³¹

Era preciso pôr uma pedra sobre o colonialismo e começar uma nova vida, novas relações entre os dois países sem laços neo-coloniais. Assenta-se em que o MFA³² e a Frelimo eram os autênticos e legítimos representantes dos dois povos [...] É que Spínola tinha um projecto e o MFA tinha outro, aliás eram, segundo nós pensávamos, as únicas entidades que tinham projectos pós coloniais embora todo o mundo fosse contra a colonização. O projecto de Spínola era a reconstituição de uma comunidade luso-africana e o MFA pretendia liquidar o Império, reconhecendo como seus legítimos representantes desses povos os homens que tinham afirmado e formado a sua personalidade política na luta contra o ocupante (1975:19-20).

E logo depois em Uppsala afirma de maneira lapidar: “Não há bons nem maus colonialistas, o inimigo a abater é o sistema colonial-fascista e não o povo português, vítima também ele da opressão fascista” (Bragança 1981: 43-50).

As especificidades do colonialismo português, sobretudo do seu período final, não deixariam de se reflectir nos processos políticos que determinaram o fim do colonialismo e nos que imediatamente se lhe seguiram. Aquino viu isto melhor que ninguém. No início do processo de transição para a independência, Aquino chama a atenção para a novidade política que está a ocorrer e alerta para o perigo de ela ser desvalorizada no caso de ser analisada à luz da tradição teórica e doutrinal que então dominava o pensamento crítico e a prática de emancipação. Diz ele: “Em termos de descolonização o que se passa em Moçambique é totalmente novo. Não está nos livros. Não vão buscar os livros. Não vão buscar as receitas. Isto é novo” (Bragança 1974:17).

Quando alguém lhe pergunta como é que um movimento revolucionário tão de esquerda aceitava estar a participar num governo de transição, a conviver com o antigo colonizador nos mesmos gabinetes³³, ele responde:

Não. O que se passa é novo. E deve-se a dois grandes protagonistas: do nosso lado o Samora,³⁴ do lado dos portugueses o Melo Antunes (Bragança 1974: 18).³⁵

A questão colonial ocuparia sempre o pensamento de Aquino, tendo-lhe dedicado uma atenção especial ao teorizar a transição para a independência em Moçambique. Caracterizando a opção da FRELIMO “em evitar qualquer tipo de ambiguidades sobre a questão da transferência de poderes”, como o traço marcante deste processo, onde “a descolonização era uma necessária condição prévia à democratização, e não o contrário” (1986: 8), Aquino marcava esta opção como

a condição base para “uma independência sem descolonização e sem a imposição de um regime neo-colonial” (1986: 10).

Para Aquino, como para muitos intelectuais da sua geração,

[...] a opção nacionalista não foi, verdadeiramente, uma questão de escolha; foi, antes, algo de estruturalmente programado, um gesto de ruptura dialéctica e oposição às realidades, interesses e valores do Estado-nação colonial, de cujos intelectuais, provindos da escola colonial, se esperava precisamente que contribuíssem para a sua própria eternização no poder. (Ki-Zerbo 2005: 81).

Combinando uma perspectiva nacionalista comprometida com a libertação do continente com os princípios éticos da filosofia pan-africanista, Aquino, tal como Touré, Nkrumah, Nyerere e, antes deles, Du Bois e Pademore, envolveu-se na causa da libertação africana. Como refere, Amina Mama (2010: 603-637), não surpreende que muitos dirigentes políticos nacionalistas tenham provindo da comunidade intelectual radical.

Esta tradição intelectual radical não se compaginava com as noções de imparcialidade ou neutralidade científica, nem com a organização disciplinar do conhecimento então introduzida nas novas universidades. E foi este o desafio que Aquino trouxe para o Moçambique independente, onde, desde a década de 1960, funcionava uma universidade moldada pela lógica colonial.

Aquino de Bragança representa melhor que ninguém, os paralelismos e as vinculações recíprocas entre os que em Portugal lutavam pela democracia e os que nas colónias lutavam contra o colonialismo português. Mas tais paralelismos e vinculações tiveram outros desdobramentos muito para além da acção política. Aquino de Bragança teve um papel destacado em um deles, talvez surpreendente para muitos: a tarefa da construção das ciências sociais para servir as sociedades libertadas. O paralelismo é obviamente entre o Moçambique libertado da dominação colonial e o Portugal libertado da dominação fascista.

Internacionalismo anti-colonialista

Muito do que já foi dito atrás dá testemunho da concepção profundamente internacionalista da política em Aquino de Bragança. Cruzavam-se nele múltiplas raízes e múltiplas diásporas que o convocavam a posições polifacetadas e complexas, e a visões e estratégias de conjunto. Nas palavras dos seus amigos, Aquino de Bragança é recordado como um homem que tinha muitos mundos dentro de si. Esta mundivisão cosmopolita provinha não só do seu carácter ávido e inquiridor, mas também de um percurso de vida no qual sucessivamente foi cultivando os contactos e as vivências que fariam dele um interlocutor e um intérprete privilegiado nos processos em que esteve envolvido ao longo de uma vida intensamente vivida.

Sentiu pela primeira vez na pele a discriminação racial aos 24 anos, durante uma estadia em Lourenço Marques, para onde decidira emigrar após ter terminado o seu curso de Física. Segundo Fernando Vaz³⁶, “pelos estudos que realizara, o Aquino tinha condições para ter um lugar na alfândega. Mas o Aquino não entra, é escorraçado da alfândega por ser indiano, ali só entravam brancos” (Bragança 2009:91). Daqui seguiria para Grenoble, com uma breve passagem por Lisboa. A sucessão de lugares por que vai passar, e de contextos que vai viver, conformará o seu internacionalismo. Como já referi, em Grenoble, Aquino de Bragança conhece Marcelino dos Santos e integra-se rapidamente nos meios intelectuais onde despontavam as ideias de libertação dos países colonizados. Os debates quotidianos incluíam o trabalho de Franz Fanon, mais explicitamente a sua obra *Peau Noire, Masque Blanc*. Aquino era contrário às posições radicais de Fanon, embora dentro de um quadro de negritude.³⁷ Catalizador de debates, Aquino promove uma dinâmica de confronto de ideias entre os camaradas das colónias portuguesas em Grenoble.

Em 1954, na senda dos seus amigos e companheiros Edmundo Rocha e Marcelino dos Santos, muda-se para Paris onde se inscreve no Instituto de Ciências Políticas. A sua frequência, somada à da Université Nouvelle,³⁸ permitiu a Aquino adquirir uma sólida formação política. O seu espírito aberto e a capacidade inata de estabelecer relações pessoais facilitam a sua integração no fervilhante meio intelectual francês da época. Desta época datam a sua especial relação com Mário de Andrade e a sua amizade com personalidades como o poeta cubano Nicolás Guillén, o escritor Castro Soromenho, e com intelectuais franceses como Henry Lefévre e Jean-Paul Sartre, entre muitos outros. Leitor ávido e dotado de uma insaciável curiosidade intelectual, Aquino de Bragança devorava livros procurando adquirir conhecimentos capazes de lhe fornecerem os instrumentos analíticos necessários para uma análise profunda e exacta da realidade circundante. Mantém-se atento ao fluir dos acontecimentos no mundo através da leitura de toda a espécie de jornais. Os amigos da época recordam a forma como gastava todo o seu dinheiro em livros e jornais, ficando incapacitado de adquirir alimentos e outros bens primários. Participa activamente na agitação e no debate dos ideais de libertação do colonialismo e a sua clarividência torna clara a necessidade de conhecer em profundidade as obras dos escritores que propunham uma nova política económica e social para os países colonizados. Os debates incidiam nesta fase sobre as grandes questões da negritude tendo como pano de fundo obras como *Nations nègres et culture*, de Cheikh Anta Diop. Simultaneamente discutiam-se as teses de Senghor, que propunha uma independência ligada ao colonizador (França), e os trabalhos de Aimé Césaire.

Em 1957, num clima geral de levantamento e crescente adesão à causa da libertação africana, o internacionalismo de Aquino assume uma vertente mais institucional ao participar na criação do primeiro movimento de articulação entre as diferentes colónias portuguesas, o Movimento Anti-Colonialista (MAC), na companhia

de Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Guilherme do Espírito Santo e Marcelino dos Santos, entre outros. O manifesto do movimento afirma:

Nos anos 50, os nacionalistas das colónias portuguesas – estudantes, trabalhadores e outros patriotas – tinham compreendido que, no interesse do desenvolvimento da luta anti-colonialista, era necessário criar e reforçar a unidade de acção dos movimentos de libertação que combatiam a dominação estrangeira. [...] O MAC é uma organização política clandestina, de luta anti-colonialista, de que fazem parte nativos de Cabo-Verde, Guiné, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique. [...] O MAC está aberto a todas as organizações de massas e partidos políticos dos países africanos sob dominação de Portugal e que lutam pela liquidação do colonialismo português. A acção fundamental do MAC consiste em suscitar, desenvolver e coordenar a unidade dos Africanos na luta contra o colonialismo português [...] A oposição portuguesa que luta pela libertação do povo português do regime fascista, pode, numa aliança eficaz com os nossos movimentos de libertação nacional, para formarem uma frente unida contra o fascismo e o colonialismo, dar uma prova concreta de que defendem os interesses fundamentais do povo português e de que, na verdade, respeitam os direitos fundamentais do homem... (Manifesto MAC).

Este movimento acabaria por desaparecer, dando origem a diversas organizações de carácter nacional, mas a natureza internacionalista da luta anti-colonial estava já definitivamente inscrita no ideário político de Aquino e assumia duas vertentes que viriam a alimentar ao longo de toda a sua vida: por um lado, as cruciais articulações entre os diferentes movimentos de libertação; por outro lado, a solidariedade da opinião pública mundial progressista.

Em 1957, Aquino deixa Paris a caminho de Marrocos, que havia conquistado a sua independência em 1956 e cujo rei, Mohamed V, acolhia de braços abertos todos os revolucionários que pretendiam lutar pela libertação dos seus povos. Aquino exerce funções de secretário pessoal de Sidhi Ben Barka, dirigente nacionalista marroquino e companheiro das lutas anti-colonialistas em Paris e, simultaneamente, lecciona numa escola secundária em Setat.

Em 1961, participa activamente na realização em Casablanca da primeira reunião da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), na qualidade de seu secretário. A CONCP representaria um papel importante no fim da sujeição de Goa ao colonialismo português, quando no decorrer do Seminário sobre os problemas das colónias portuguesas, em Outubro de 1961, insinuou junto de Nehru a necessidade e urgência desta acção.

Como já referimos anteriormente, Aquino de Bragança havia participado na primeira conferência da CONCP integrado no Partido de Goa, mas o fim do colonialismo português na Índia em finais de 1961 acentua o seu comprometimento com África. Assim, em 1962, na sequência da independência da Argélia, resolve transferir-se para este país. As divergências entre Marrocos e a Argélia, derivadas de questões fronteiriças, levaram Marrocos a distanciar-se da

sua ajuda à CONCP, acusando os nacionalistas das colónias portuguesas de terem optado pela posição argelina. Apesar do eixo do pólo revolucionário se ter deslocado para Argel, uma parte do secretariado do CONCP permaneceria em Rabat.

Em Argel, florescem plenamente as posturas internacionalistas de Aquino, quer como jornalista e analista quer como activista. Em 1969, junta-se à equipa da revista *Afrique Asie*, tornando-se no comentador de todos os assuntos relacionados com a África de língua portuguesa. Torna-se o porta-voz e o difusor por excelência da acção político-militar que se desenvolvia nos vários países envolvidos neste processo. A ele se devem em boa parte a internacionalização da luta pela emancipação das colónias portuguesas, e a sua aceitação pela opinião pública mundial.

Paralelamente, num plano mais pessoal, Aquino permanece igual a si mesmo, desenvolvendo contactos e tornando-se num confidente e conselheiro indispensável dos principais dirigentes dos movimentos de libertação. As suas posições moderadas, a tendência para a conciliação e a capacidade de analisar os problemas de diversos pontos de vista granjearam a confiança dos diferentes líderes, tecendo os fios de uma rede de contactos e cumplicidades difíceis de deslindar, mas sem dúvida importantes na condução dos processos de libertação nacionalista anti-colonial. Confidente e companheiro de nomes como Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Aristides Pereira e Mário de Andrade, Mandela, Nyerere, Sekou Touré, N'Krumah, Senghor, Joaquim Pinto de Andrade e Manuel Alegre entre outros, Aquino funcionava de certo modo como uma plataforma de chegada e partida de ideias e projectos.

Ciência e seu contexto: a criação do Centro de Estudos Africanos (Maputo) e do Centro de Estudos Sociais (Coimbra)

O Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane foi criado em 1976 por iniciativa de Aquino de Bragança, e o Centro de Estudos Sociais foi criado em 1978 por um grupo de cientistas sociais em que participei activamente. Proponho-me referir brevemente os paralelismos e as diferenças no processo de criação das duas instituições. Não me vou deter nos detalhes dos primeiros tempos dos dois centros, porque não sei o suficiente sobre o CEA e porque talvez saiba demais sobre o CES. Situando-me no campo vasto dos estudos sociais da ciência, da sociologia do conhecimento científico e da epistemologia, limito-me a lançar algumas pistas de investigação sobre os contextos em que surgiram as duas instituições e as respostas criativas que lhes deram. À primeira vista pouco haveria para relacionar ou comparar, dado o abismo político e conceptual entre a condição do colonizador e a condição do colonizado. Mas a verdade é que, tal como Aquino advertia, tudo é mais complexo quando se trata do colonialismo português e dos países que dele se libertaram.

Ao contrário do que aconteceu com outras potências coloniais e outros colonialismos, as independências das colónias portuguesas ocorreram no bojo de profundas transformações políticas no centro do império. A independência do Brasil em 1822³⁹ ocorreu no seguimento da Revolução Liberal de 1820⁴⁰ e as independências das colónias africanas e de Timor⁴¹ ocorreram no seguimento do golpe de estado do 25 de Abril de 1974⁴² que pôs fim a quarenta e oito anos de ditadura e abriu caminho para a independência de territórios que há séculos viviam sob o jugo colonial de Portugal. Ou seja, os processos de descolonização⁴³ foram decisivamente influenciados por profundas transformações no interior da potência colonial. No que respeita ao processo de descolonização de Moçambique, a turbulência própria da criação de um país novo sobre as ruínas do colonialismo ocorreu em paralelo com a turbulência da reconstrução da democracia num Portugal privado dela durante quase meio século pelo obscurantismo ditatorial de Salazar.

As duas situações são muito distintas, mas têm em comum o facto de os dois países viverem em simultâneo momentos de grande intensidade conflitual e transformadora e enfrentarem tarefas que, pela sua magnitude, são próprias de processos de fundação ou de refundação nacional. Restrinjo-me neste texto às tarefas que decorrem da exigência de construir o auto-conhecimento da sociedade, um conhecimento que lhe permita saber quem é e para onde vai, por que meios e com que recursos.

No caso de Moçambique estava tudo ou quase tudo por fazer. O carácter semi-periférico do colonialismo português revelara-se numa forma específica de obscurantismo que atingia não só as populações colonizadas como também os próprios colonizadores.⁴⁴ O baixo nível educacional dos colonos e dos funcionários do Estado colonial e a incapacidade para formar elites locais escolarizadas foi uma característica endémica do império português.⁴⁵ O pouco conhecimento científico existente sobre a realidade moçambicana estava em grande medida vinculado às necessidades da administração colonial e, apesar de algum dele poder ser resgatado para as tarefas de construção do novo país, eram enormes as lacunas. Por sua vez, os dirigentes e intelectuais orgânicos do movimento de libertação nacional careciam igualmente de um conhecimento detalhado do país já que muitos deles tinham sido forçados a um exílio de muitos anos. Nestas condições, a tarefa de construir um conhecimento científico-social capaz de des-pensar o saber colonial e de contribuir activamente para a refundação do país era simultaneamente muito urgente e muito exigente.

Por sua vez, no caso de Portugal, os quarenta e oito anos de fascismo tinham impedido o país de acompanhar o grande desenvolvimento das ciências sociais ao longo do século XX e, sobretudo, depois da segunda guerra mundial. A sociologia era considerada perigosa pelo ditador, porque nela via o gérmen da subversão e mesmo do socialismo, enquanto a antropologia, dedicada ao estudo

do outro, “selvagem” ou “primitivo”, era incentivada na medida em que podia ser útil à dominação colonial.⁴⁶ Alguns dos estudos de sociologia que se fizeram neste período eram quase clandestinos e tinham de recorrer a estratégias de dissimulação linguística e conceptual para não incorrer no veto do censor. Quase todos os que se quiseram formar em ciências sociais tiveram que rumar ao estrangeiro e as suas investigações centraram-se muitas vezes nas realidades de outros países.⁴⁷

Por estas razões, apesar das muitas diferenças entre os dois países, tanto Moçambique como Portugal enfrentavam em meados da década de setenta o mesmo problema: o problema do conhecimento científico-social. Assim, faz sentido comparar o modo como os dois países procuraram resolver esse problema. As necessidades eram distintas e os projectos de país muito diferentes tal como os contextos geopolíticos em que seriam desenvolvidos, mas tinham em comum a carência de conhecimento científico-social adequado aos objectivos definidos e às tarefas julgadas necessárias para os levar a cabo. E mais uma vez é Aquino de Bragança quem melhor detecta essa carência comum. Em 1980, durante uma estadia no Fernand Braudel Center (Universidade de Nova Iorque-Binghamton) fala da necessidade de desenvolver as ciências sociais em Moçambique e do mesmo passo comenta: “É extremamente difícil estudar Moçambique porque não há dados e por causa do obscurantismo português. Por exemplo, não há até hoje Sociologia em Portugal” (Beittel 1980: 5).⁴⁸

Vejamos em separado cada uma das situações e as respostas que lhe foram dadas. Uma das características pouco conhecidas dos movimentos de libertação do colonialismo português foi o facto de viverem o problema da falta de conhecimento dos seus países mais intensamente que os movimentos que se opuseram a outros colonialismos europeus. Era, por um lado, o resultado do défice científico do colonizador – a incapacidade de produzir em grande escala conhecimento sobre as colónias que, apesar de colonialista, pudesse ser expurgado e resgatado para as tarefas de libertação, como sucedera com o colonialismo britânico e francês – e, por outro lado, resultava igualmente das condições de prolongada luta armada a que os movimentos tinham sido forçados a recorrer dada a intransigência da potencial colonial para negociar uma solução pacífica do conflito (Mondlane 1995). Este problema de conhecimento era tanto mais intenso quanto mais aguda era a consciência dos líderes dos movimentos de que o colonialismo português tinha grandes especificidades em relação aos outros colonialismos europeus e de que, portanto, as soluções encontradas para resolver o problema colonial e pós-colonial noutros contextos não eram directamente aplicáveis às colónias portuguesas. Tanto Amílcar Cabral como Mário Pinto de Andrade – dois companheiros e amigos predilectos de Aquino – viviam os problemas do conhecimento de modo particularmente intenso. Em 1961, Amílcar Cabral afirma:

A crise da revolução africana, longe de ser uma crise de crescimento, é principalmente uma crise de conhecimento... Em muitos casos, a prática da luta dos movimentos de libertação e as perspectivas para o futuro não são somente desprovidas de base teórica, mas também descoladas da realidade concreta do meio (Cabral 1976:191).⁴⁹

Nesta afirmação, Amílcar levanta duas questões fundamentais, aliás relacionadas: a inadequação dos quadros teóricos que comandam a análise da realidade e a acção política e a falta de conhecimento empírico decorrente não só da inadequação teórica como também da falta de estudos de terreno. No que respeita ao conhecimento empírico, Amílcar Cabral estava tanto mais consciente da sua falta quanto sabia que a sua experiência pessoal era um caso raro: o ter conhecido todos os cantos da Guiné-Bissau fazendo os censos agrícolas, na qualidade de engenheiro agrónomo ao serviço do estado colonial e as fascinantes revelações sobre uma realidade até então totalmente desconhecida para ele que tal oportunidade lhe possibilitou.

Este tema está igualmente bem presente em Eduardo Mondlane. Como bom sociólogo, deplora que o colonialismo português esteja apostado na ignorância, afirmando que os portugueses

[...] têm dificultado qualquer tentativa de realizar investigações sérias nas regiões africanas sob o seu controlo, quer sobre assuntos como estudos sociais, economia e antropologia, ou até mesmo nas áreas aparentemente neutras como as ciências naturais. O resultado é uma escassez de informação sobre essas regiões e principalmente sobre Moçambique, onde os próprios portugueses realizaram menos trabalho do que em Angola. (1995: 24)

Por sua vez, Mário Pinto de Andrade, outro líder importante e uma referência intelectual e política da maior importância para Aquino, vivia com igual intensidade a necessidade de construir análises teóricas adequadas inequivocamente distintas das destilações ideológicas que abundavam. Dessa vivência nasceu, no início dos anos de 1950, o Centro de Estudos Africanos⁵⁰ que Mário Pinto de Andrade criou em colaboração com Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Alda do Espírito Santo e Noémia de Sousa para funcionar na Casa da África Portuguesa^{51,52} Mário Pinto de Andrade é autor de um livro notável e muito pouco conhecido sobre *As origens do nacionalismo africano*⁵³ em que salienta a necessidade de adaptar criativamente o marxismo à singularidade africana e de conhecer sem dogmatismos a realidade dos países que era urgente libertar e transformar. Num documento apresentado ao II Congresso da CONCP realizado em Dar es Salaam de 3 a 8 de Outubro de 1965, Mário Pinto de Andrade explicita com grande lucidez o seu pensamento ao chamar a atenção para a especificidade da estrutura de classes que estava a emergir do colonialismo português, e, com isso, para a necessária revisão das teorias dominantes que a especificidade do colonialismo português impunha^{54, 55}

Estes posicionamentos têm paralelos surpreendentes com os que os cientistas sociais portugueses assumiram quando, a partir de 1974, se confrontaram com a necessidade de desenvolver teorias, quadros analíticos e metodologias que fossem adequadas para analisar a sociedade portuguesa. Tendo sido formados em países centrais do sistema mundial, onde as teorias dominantes tinham sido desenvolvidas, quer em função das realidades dos países centrais (o Primeiro Mundo), quer em função das realidades dos países periféricos (o Terceiro Mundo), verificavam com perplexidade que tais teorias deixavam na sombra, ignoravam ou desvalorizavam aspectos da sociedade portuguesa que lhes pareciam importantes. Para os que, como eu, seguiam a teoria do sistema mundial foi-se tornando claro que tal inadequação teórica se devia ao facto de Portugal ser uma sociedade semi-periférica, ou seja, não pertencer nem ao primeiro mundo nem ao terceiro mundo. Este carácter semi-periférico tinha, aliás, permeado a presença de Portugal no mundo desde o século XVII e, por isso, as suas virtualidades analíticas serviam tanto para explicar o tecido social e político da sociedade metropolitana como para explicar o próprio tipo de colonialismo e de relacionamento transcontinental com outros povos.⁵⁶

São estes os contextos teóricos em que são criados o Centro de Estudos Africanos em 1976 e o Centro de Estudos Sociais em 1978.⁵⁷ O que Aquino de Bragança diz em 1980 a respeito do CEA poderia ser dito a respeito do CES: “O nosso objectivo no Centro de Estudos Africanos é reivindicar o papel da ciência e do conhecimento na produção de políticas públicas” (Beittel 1980:6). Aliás, no que respeita às opções teóricas concretas os paralelos ainda são mais surpreendentes. Por um lado, podemos afirmar que Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade e Aquino de Bragança descobriram o carácter semi-periférico da sociedade portuguesa antes dos cientistas sociais portugueses. Em meados da década de 1960, ao analisar os processos de independência em curso em vários países africanos e ao verificar que as independências eram condicionadas por relações neo-coloniais (no plano político, económico e militar) que as potências coloniais centrais (sobretudo a Inglaterra e a França) tinham imposto aos novos países, Cabral, Andrade e Aquino concluem que, em última instância, Portugal recusa a hipótese de uma independência negociada porque não tem poder para impor relações neo-coloniais. Uma vez independentes, os novos países acabarão por cair na influência das grandes potências coloniais e Portugal ficará duplamente prejudicado: porque perde as colónias e porque não poderá beneficiar da concessão negociada de independência. Paradoxalmente, era a fraqueza de Portugal no seio do sistema mundial que comandava a violência com que enfrentava os movimentos de libertação.

Com enorme lucidez, Mondlane escreveu a este respeito

O carácter do próprio governo português torna à partida improvável qualquer solução pacífica. Mesmo dentro de Portugal, o governo nunca promoveu nem o

desenvolvimento económico sólido nem o bem-estar social, e goza de muito pouco respeito internacional. A posse das colónias ajudou a camuflar estes fracassos: as colónias contribuíram para a economia; aumentaram o prestígio de Portugal, particularmente no mundo das finanças, criaram o mito nacional do império, o que ajuda a desencorajar qualquer manifestação de descontentamento por parte de uma população fundamentalmente insatisfeita. O governo sabe que terá grandes prejuízos se perder as colónias. Por essa razão, não pode arriscar-se a liberalizar o seu controlo sobre elas: as colónias contribuem para a economia metropolitana porque a mão-de-obra é explorada e os recursos não são encaminhados para o desenvolvimento local; as colónias atenuam o desconcerto da população portuguesa porque a emigração oferece aos pobres e analfabetos posições privilegiadas (1995:102).

Mas os paralelos são ainda mais flagrantes se tivermos em conta que tanto o CEA como o CES encontraram na teoria do sistema mundial – desenvolvida por Immanuel Wallerstein a partir do Fernand Braudel Center – um ponto de partida adequado para elaborar quadros teóricos e analíticos sintonizados com as realidades dos dois países. É certo que nem no CES nem no CEA a teoria do sistema mundial foi unanimemente aceite. No caso do CES, a teoria do sistema mundial foi reelaborada para superar duas das suas limitações: o ser demasiado economicista, o que deixava pouco espaço para análises de factores políticos, sociais e culturais; o não dar atenção ao facto que os diferentes países semi-periféricos tinham histórias políticas muito distintas e estavam inseridos em contextos regionais também distintos que co-determinavam a sua posição no sistema mundial.⁵⁸ Portugal fora simultaneamente o centro de um vasto império colonial e, durante séculos, uma colónia informal do imperialismo hegemónico da Inglaterra. Por outro lado, o seu envolvimento histórico com a Europa - protagonizou, junto com a Espanha, o que mais tarde viemos a chamar a primeira modernidade, a modernidade ibérica do século XVI a meados do século XVII⁵⁹ – fazia pensar que a semi-periferia no contexto europeu seria distinta da semi-periferia no contexto africano, latino-americano ou asiático.⁶⁰

No caso do CEA foi sobretudo Aquino de Bragança quem promoveu essa opção teórica e fê-lo em colaboração com o próprio Wallerstein que conhecia desde os anos sessenta⁶¹ e com quem vinha colaborando em vários projectos científicos.⁶² Ruth First, nas palavras de Wallerstein, “deu a benção” ao projecto de Aquino-Wallerstein mas preferiu manter-se à distância.⁶³ Ainda segundo Wallerstein, a teoria do sistema mundial seria demasiado heterodoxa para Ruth First que mantinha uma linha marxista mais convencional então dominante entre as forças comunistas do continente.⁶⁴ O projecto de investigação centrava-se na análise da África Austral e, sobretudo, no papel económico, geoestratégico e político da África do Sul enquanto país semi-periférico na região.⁶⁵

Este projecto, que sofreu várias vicissitudes, proporcionou uma colaboração intensa entre o Fernand Braudel Center e o CEA,⁶⁶ dando origem a várias publicações.⁶⁷ Depois da morte de Aquino, passou a ser co-dirigido por Sérgio

Vieira. Ao longo do projecto, Aquino dá vários exemplos do carácter inclusivo, não dogmático, da sua abordagem política, da necessidade que sentia em procurar pontes e articulações entre os diferentes grupos políticos com o objectivo de fazer avançar as lutas principais e não dar ao inimigo a oportunidade para se aproveitar das divisões internas. Um desses exemplos ocorreu durante a preparação do livro sobre os movimentos de libertação em África organizado por Aquino e Wallerstein (1978). Conta Wallerstein que Aquino solicitou a Oliver Tambo, do ANC, um prefácio para o livro, solicitação que foi prontamente aceite. À última hora, porém, Oliver Tambo recusou escrever o prefácio e Aquino ficou com a suspeita que tal recusa fora exigida por Thabo Mbeki que não gostara da insistência de Aquino em incluir no livro outros movimentos de luta contra o *apartheid* para além do ANC.

Os paralelos entre as duas instituições não nos podem fazer esquecer as enormes diferenças que as separam. Os pontos em comum tinham de ser matizados pelos diferentes contextos geoestratégicos e sócio-políticos em que os dois centros iniciaram as suas actividades. No caso de Moçambique, estávamos perante um processo revolucionário de libertação nacional e de construção de uma sociedade socialista liderado pelo movimento de libertação nacional que conduzira com êxito o caminho da independência e soubera neutralizar os dissidentes (por que meios? continua a ser uma questão em aberto) e apresentar-se ao povo moçambicano e ao mundo como um movimento unido e único. No caso de Portugal, o Movimento dos Capitães, que em 25 de Abril de 1974 protagonizou a queda do regime fascista e precipitou o fim do colonialismo, não manteve durante muito tempo a sua unidade⁶⁸ dada a sua heterogeneidade interna e o modo como foi explorado pelas diferentes organizações e partidos políticos. A 11 de Março de 1975, o processo político-militar entra num período de forte radicalização que coloca na agenda política a construção da sociedade socialista e termina de vez com alguma ambiguidade que até então existira no que respeita ao processo de descolonização e das condições da transferência de poderes. Foram nacionalizadas as empresas dos grupos monopolistas, a banca e os seguros. Portugal entrou então numa crise revolucionária que caracterizei como dualidade de impotências.⁶⁹ Esta análise ecoava as análises feitas por Lenine e Trotsky sobre o período entre Fevereiro e Outubro de 1917. Com algumas nuances, ambos os líderes bolcheviques consideram que esse período representou uma dualidade de poderes: de um lado o poder do governo de Kerensky,⁷⁰ e do outro, o poder dos soviets^{71,72} Inspirado nestas análises considerei que, ao contrário da Rússia de 1917, o Portugal de 1975 vivia uma dualidade de impotências já que o poder burguês e o poder operário se paralisavam reciprocamente, criando um vazio político de que o Estado era a melhor expressão. De um lado, a facção mais radicalizada do Movimento das Forças Armadas (MFA), articulada com o Partido Comunista Português, que contava com o apoio do operariado urbano e do

campesinato e trabalhadores rurais radicalizados; do outro, a facção mais moderada do MFA, onde pontificava o coronel Melo Antunes, que Aquino de Bragança tanto admirava, articulada com o Partido Socialista que contava com o apoio das classes médias assustadas com o caos político e a possibilidade de o país sair da ditadura fascista para entrar na ditadura comunista.⁷³ A crise revolucionária terminou em 25 de Novembro com a vitória da ala mais moderada do MFA, confirmada meses depois com as primeiras eleições, em 25 de Abril de 1976, de que sairia vencedor o Partido Socialista.

Entre o marxismo do lugar e o lugar do marxismo

Enquanto o CEA surge num momento alto do processo revolucionário, logo depois da independência, o CES surge dois anos depois de passada a crise revolucionária e iniciada a “normalização” democrática. Estamos, pois, perante dois contextos políticos muito distintos e isso vai-se reflectir nas orientações científicas seguidas pelos dois centros de investigação.

As diferenças estão bem patentes no primeiro número das revistas criadas pelos dois centros, os *Estudos Moçambicanos* (EM) (1980) do CEA e a *Revista Crítica de Ciências Sociais* (RCCS) (1978) do CES. O primeiro número de EM (1980) com um forte pendor histórico, tem vários artigos sobre o colonialismo português e sobre o trabalho migratório, enquanto o primeiro número da RCCS se centra nas condições de construção das ciências sociais em contexto português. A comparação entre o editorial de EM, de autoria de Ruth First, e o editorial da RCCS, que redigi, é reveladora dos diferentes contextos políticos e das diferentes orientações teóricas dos dois centros. É certo que partilham a mesma preocupação com trabalho interdisciplinar, mas concebem-no de modo diferente. Enquanto a RCCS entende a exigência do trabalho transdisciplinar como o produto do próprio avanço do conhecimento científico e da crescente complexidade dos fenómenos sociais, os EM assumem “desde já como princípio a rejeição da divisão de trabalho na produção de conhecimento característico da burguesia, e o departamentalismo e carreirismo académico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão de trabalho gera”. Segundo Ruth First, os EM optam por uma análise materialista “através do método da economia aplicada não só às condições específicas do Moçambique de hoje, como às de uma sociedade surgida das lutas do passado”. Apesar de não perfilhar, explicitamente pelo menos, a teoria do sistema mundial, o modo como Ruth First caracteriza a economia portuguesa tem ecos desta teoria:

Um capitalismo atrasado e débil que fez com que ela se situasse numa posição fraca e dependente no contexto da economia internacional, e a subordinou a capitalismo mais poderosos, não só no interior da economia metropolitana, como ainda nas colónias. Portanto, em Moçambique, o capital português não só não foi exclusivo, como também não foi dominante (First, 1980:5).

O editorial de Ruth First afirma uma total confiança epistemológica e teórica no marxismo, que entretanto, depois do III Congresso da FRELIMO em 1977, se transformará na doutrina oficial da libertação nacional, do novo estado e da nova sociedade em construção.

Por sua vez, o editorial da RCCS reflecte um contexto muito diferente, uma situação pós-revolucionária que avalia criticamente o período anterior, nomeadamente a instrumentalização da ciência social para fins político-partidários e a conversão do marxismo numa ideologia rígida e autoritária. Defende-se que a ciência seja um trabalho de “resistência contra a conversão da ciência em geral e das ciências sociais em particular, em instrumento de legitimação das desigualdades sociais e, portanto, do poder político que nestas se funda” (Santos 1978:3). E logo a seguir acrescenta:

no pós 25 de Abril a ‘procura’ de ciências sociais em geral e de sociologia em especial foi simultaneamente explosiva e equivocada. Confundi-se muitas vezes sociologia com socialismo, convertendo-se as ciências sociais em sistema heróico de conhecimentos de engenharia social ao serviço da sociedade nova; conferiu-se-lhe uma dimensão délfica capaz de revelar, tanto o sentido das mudanças sociais (superficialmente fundas) entretanto operadas, como o sentido da história parada (tão aberrante quanto falsa) do longo tempo fascista. [...] Assistiu-se à utilização, de forma não mediada do complexo dos instrumentos analíticos para objectivos de propaganda, à redução da revolução da ciência à ciência da revolução, à confusão - tantas vezes inconsciente - entre revolução cultural e agressão ideológica e à degradação do marxismo até ao chão da doutrina dogmática (isto é, não problemática) e sectária (isto é, não pluralista) marginalizando e caricaturando outras correntes marxistas e a tradição científica social não marxista (Santos 1978:4-5).

O marxismo está, assim, bem presente nas opções teóricas que orientaram a criação dos dois centros, mas enquanto o CEA reflecte uma certa convicção triunfalista na capacidade de o marxismo produzir análises científicas ao serviço do processo revolucionário e capazes de neutralizar a ideologia burguesa que se lhe opõe, o CES, dando resposta a um contexto pós-revolucionário, centra-se na crítica à conversão do marxismo numa ideologia oficial autoritária e intolerante com o objectivo de resgatar o seu contributo para a construção de uma teoria crítica sintonizada com as necessidades de emancipação social no nosso tempo.

Debates teóricos e epistemológicos

A difícil teorização do novo ou do diferente

Há que salientar que a concepção do marxismo expressa no editorial de Ruth First e nos trabalhos de investigação que ela realizou⁷⁴ não era unanimemente aceite no CEA. Aquino de Bragança alerta frequentemente para o perigo de o marxismo se transformar numa ideologia oficial rígida e reducionista que perca de vista ou desvalorize a especificidade e a novidade do processo moçambicano

em curso.⁷⁵ A tensão entre um marxismo dogmático e um marxismo aberto, crítico e auto-crítico, vinha muito de trás. Aquino de Bragança conviveu muito de perto com três líderes de movimentos de libertação para quem o marxismo era um instrumento de análise e de luta, não um dogma ao qual a análise e a luta se tivessem de adaptar: Eduardo Mondlane, Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral.⁷⁶ Já mencionei a preocupação de Amílcar Cabral em não deixar que a ideologia cegasse os que tinham responsabilidades políticas que só poderiam ser eficazmente cumpridas se assentes em quadros teóricos adequados e análises empíricas detalhadas. Considerava o marxismo uma boa ideologia desde que não fosse concebida como uma religião. Numa entrevista concedida após uma palestra no Central Hall em Londres, em 26 de Outubro de 1971, Cabral confessa que quando começou a luta de libertação sabia muito pouco a respeito das teorias de Marx ou de Lenine e que só mais tarde se deu conta da sua importância. Em todo o caso, a experiência destes “grandes teóricos” só seria de ter em conta na medida em que fosse útil para a “nossa luta”. A clarividência de Amílcar Cabral a este respeito justifica uma longa citação:

Mas a ideologia é importante na Guiné. Como já disse, não queremos que o nosso povo volte a ser explorado: o nosso desejo de desenvolver o nosso país com justiça social e com poder nas mãos do povo é a nossa base ideológica. Nunca mais queremos ver um grupo ou uma classe explorando e dominando o trabalho do nosso povo. É esta a nossa base. Se quiser chamar a isso marxismo, chame. A responsabilidade é sua. Um jornalista perguntou-me uma vez: ‘Sr. Cabral, o senhor é marxista?’ O marxismo é uma religião? Eu sou um combatente pela liberdade no meu país. Têm de me julgar por aquilo que faço na prática. Se decidirem que é marxismo, então digam a toda a gente que é marxismo. Se decidirem que não é marxismo, digam que não é. Mas os rótulos são um problema vosso; nós não gostamos desse tipo de rótulos. As pessoas aqui estão muito preocupadas com as perguntas: o senhor é marxista ou não é marxista? É marxista-leninista? Perguntem-me apenas se estamos a ter sucesso nesse campo. Estamos realmente a libertar o nosso povo, os seres humanos do nosso país, de todas as formas de opressão? Perguntem-me apenas isto e retirem as vossas conclusões (Cabral 1978a: 181-182).

O exame crítico a que Amílcar Cabral submete toda a tradição teórica ou ideológica recebida é exercido com uma consistência impressionante. Um dos exemplos mais notáveis é a reivindicação, reiterada em várias ocasiões, do valor autónomo da cultura na análise e na transformação das sociedades. Trata-se de uma refutação sistemática das concepções marxistas vulgares que reduziam a análise materialista ao reducionismo economicista. Num texto para uma reunião da UNESCO em Julho de 1972 em Paris, Amílcar Cabral afirma:

A atitude e o comportamento de cada categoria ou de cada indivíduo face à luta e ao seu desenvolvimento são, certamente, ditados pelos seus interesses económicos mas também profundamente influenciados pela sua cultura. Pode-se mesmo afirmar

que é a diferença dos níveis de cultura que explica os diferentes comportamentos dos indivíduos da mesma categoria social relativamente ao movimento de libertação (Cabral 1978b: 327-328).

E nesse mesmo texto faz duas outras análises reveladoras da mesma exigência de autonomia na reflexão sobre o seu tempo. Por um lado, Amílcar Cabral defende que o conhecimento produzido pelo imperialismo e para servir os interesses da dominação imperialista não deve ser ignorado *in toto* já que o imperialismo tinha necessidade de produzir um conhecimento mais ou menos adequado dos povos que dominava. E assim, “A busca de um tal conhecimento contribuiu para um enriquecimento geral das ciências humanas e sociais, apesar do seu carácter unilateral, subjectivo e muitas vezes injusto” (Cabral 1978b: 314). Por outro lado, insurge-se contra “o regresso à fonte” e o “renascimento cultural”, por representar uma concepção errada da cultura do povo. Dá como exemplos a negritude e o pan-africanismo,⁷⁷ duas ideologias nascidas fora da África negra, e assentes na ideia de que os negros africanos são todos culturalmente idênticos.⁷⁸ E conclui:

A cultura, portanto, não é nem poderia ser uma arma ou um método de mobilização de grupo contra o domínio estrangeiro. É bem mais do que isso. Com efeito, é na consciência concreta da realidade cultural que se fundam a escolha, a estruturação e o desenvolvimento dos métodos mais adequados à luta (Cabral, 1978b: 327).

Por sua vez, Aquino de Bragança aderiu com entusiasmo ao pensamento de Samora Machel para quem o Marxismo devia começar a partir da realidade, a partir da história de Moçambique (AJOPE 1986: xi). Aquino apreciava muito esta independência de espírito e procurava tê-la nas suas análises, o que lhe valeu algumas incompreensões. Na apreciação que o *African Journal of Political Economy* dedica à obra de Aquino, o editor sublinha o horror de Aquino ao dogma como sendo uma parte indissociável da sua forma de pensar, o que o levava a gostar que o chamassem de “antianticomunista” (AJOPE, 1986: xi). Mais recentemente, num texto de reflexão sobre o perfil teórico e político de Aquino, Jacques Depelchin, que foi seu amigo e com quem escreveu alguns artigos, pergunta-se:

Era, Aquino de Bragança, um marxista? Não no sentido ortodoxo da palavra, salientando repetidamente a sua rejeição do marxismo de cartilha. Como cientista, mas também como alguém que sempre procurava ir além dos modelos e hábitos de pensar, não podia aceitar a ideia de que a verdade parava na sabedoria duns teóricos só (Depelchin, 2008).

De forma ainda mais incisiva afirma o Almirante Vítor Crespo, que foi Alto-Comissário e Comandante das Forças Armadas em Moçambique no governo de transição, entre Setembro de 1974 e Junho de 1975:

Aquino de Bragança era um marxista de digestão bem-feita, como ele costumava dizer. Porque não era marxista nem comunista, nem sequer da Frelimo. Era amigo deles e eles confiavam nele. Sabiam que nunca nos diria nada que eles não quisessem

ou que não concordassem, como também não lhes transmitiria nada diferente do que nós lhe dissessemos. E quando aqui esteve, percebeu todas as divergências que existiam entre o general Spínola e o MFA sobre a descolonização (Rafael 2004).⁷⁹

A participação no *Mozambique Workshop* do Fernand Braudel Center, em 16 de Fevereiro de 1980, permitiu a Aquino de Bragança explicar o contexto em que nascera o CEA e dar conta de algumas das especificidades do processo de trabalho científico a realizar no Centro.⁸⁰ Adepto incondicional do debate aberto, Aquino salienta a riqueza da discussão interna sobre o rumo que há-de tomar a luta de libertação. Com enorme premonição e de algum modo tomando alguma distância em relação à linha ideológica definida no III Congresso da FRELIMO, Aquino afirma:

Penso que a liderança da FRELIMO tem que reavaliar a nova situação do mundo: a crise a ocidente e a oriente, no mundo capitalista e no mundo socialista. Este é o meu ponto de vista (Beittel 1980:4).⁸¹

Segundo ele, depois de vencer o inimigo externo, a FRELIMO tem agora pela frente a tarefa de derrotar o inimigo interno, a burguesia local em processo de se transformar em classe, apoiada no Estado colonial-capitalista que urgia destruir. Para isso é necessário conhecer melhor a sociedade moçambicana. Daí a importância que Samora Machel atribuíra à criação do CEA como parte do projecto mais amplo de fortalecer os estudos universitários em Moçambique e especificamente na Universidade Eduardo Mondlane. Diz Aquino, reflectindo um problema que também vivemos em Portugal:

Quando mandamos os nossos jovens estudar no estrangeiro – tanto no Ocidente como no Leste – eles passam cinco ou seis anos fora completamente divorciados da sua própria sociedade. Regressam como estrangeiros no seu próprio país (Beittel 1980: 5).

Há, pois uma crise de conhecimento próprio que o CEA procura superar. Não será fácil, sobretudo devido às carências de pessoal científico. Aquino comenta com alguma ironia:

Temos no Centro marxistas ocidentais, marxistas do Leste e a nossa própria produção de marxistas, tanto de fora como de dentro da FRELIMO, o que dá azo a muito debate... esperamos que haja debate e não intriga (1980: 6).

Salienta a importância dos investigadores da África do Sul⁸² dado o objectivo de situar o conhecimento de Moçambique no contexto da África Austral e dá, como exemplos, dois estudos importantes, um sobre o Zimbábue⁸³ e outro sobre o mineiro moçambicano.⁸⁴ Atribui particular significado a este último pela metodologia utilizada.

Ecoando um problema que também vivemos na mesma altura em Portugal, refere que o estudo sobre o mineiro moçambicano suscitara uma questão crucial:

“como fazer investigação sem investigadores?”. E responde, com algum orgulho pela inovação moçambicana:

Noutros países africanos, a prática tradicional seria contratar investigadores estrangeiros para fazer a investigação. Nós fizemos algo diferente e, não querendo ser modesto, corajoso. Produzimos investigadores pondo a fazer investigação pessoas que nunca a tinham feito. Algumas vieram do governo, outros do exército, e muitos estudantes... muitos deles oriundos das regiões em análise. Tinham pela primeira vez a oportunidade de falar das suas famílias... As suas energias constituíram uma contribuição fundamental para o estudo dos mineiros (Beittel 1980: 7).

Este fascínio pelo conhecimento empírico da realidade e a confiança de que nele estaria a chave do combate ao dogmatismo e ao sectarismo levaram Aquino a criar a Oficina de História para estudar a história das zonas libertadas pela luta de libertação antes da independência em que envolveu muitos estudantes.⁸⁵ Como salienta Jacques Depelchin num texto de homenagem a Aquino

Estava definitivamente em desacordo com aqueles que consideravam que ser um militante significava ser uma “pessoa do partido”, ou seja uma pessoa que devota e passivamente aceita tudo o que lhe mandem fazer. A sua prática coincidiu com a dos militantes da Frelimo que concebiam o partido como sendo fundamentalmente um produto de um povo lutando para fazer dele um instrumento contra a opressão e repressão. Aquino não podia aceitar trabalhar para um partido que pudesse tornar-se na personificação de princípios abstractos divorciados das realidades históricas (1987: 4).

As opções metodológicas de Aquino de Bragança continham orientações teóricas e epistemológicas que as condições do tempo não permitiram desenvolver plenamente. Elas estiveram também muito presentes na criação do CES. Vejamos algumas delas.

Objectividade e neutralidade

Na tradição dos líderes dos movimentos de libertação que tinha acompanhado desde os anos sessenta e que considerava estar bem presente em Samora Machel, Aquino de Bragança temia que o marxismo se transformasse num dogma e impedisse o movimento da sociedade em vez de o promover, como era sua vocação original. A relação entre o CEA, o partido e o Estado era complexa. Por um lado, havia uma identificação inequívoca com os objectivos políticos da luta de libertação representada pela FRELIMO. Por outro lado, existia o perigo de os investigadores perderem distância crítica e passarem a incorrer de forma sistemática em erros de compreensão e de avaliação que, em última instância, acabariam por prejudicar os objectivos da luta e a legitimidade da FRELIMO como partido político.

Tratava-se no fundo de saber se era possível distinguir entre objectividade – análises científicas com recurso aos métodos e técnicas das ciências sociais, partindo de hipóteses de trabalho para chegar a confirmações ou infirmações – e neutralidade – a pretensão da capacidade de o cientista social se despir totalmente de valores ou preferências normativas e ser socialmente irresponsável. De facto, a distinção entre objectividade e neutralidade é constitutiva da teoria crítica e é o que verdadeiramente a separa da teoria convencional. Se é verdade que para a teoria crítica o cientista social em caso algum se pode despir de referências normativas e por isso é melhor que as assuma explicitamente, não é menos verdade que a relação entre objectividade e neutralidade ou, se quisermos, entre conceitos fortes e fracos de objectividade, é um campo de tensões permanentes, sobretudo tendo em vista que não basta afirmar a presença de valores; é necessário também identificá-los e definir os termos dessa presença.

Diferentes contextos políticos ditam diferentes campos de tensão. Enquanto no CEA a tensão vivida ocorria entre a liberdade da distância crítica e a obediência à linha político-ideológica ditada pelo partido único, no CES a tensão decorria da necessidade de separar os métodos e técnicas de análise da sua raiz positivista e de articular o seu uso com a opção normativa da solidariedade com a luta dos oprimidos e excluídos por uma sociedade mais justa.

A tensão que caracterizou os primeiros anos de vida do CEA foi sobretudo vivida sob a forma de discussão a respeito de alguns conceitos-chave do marxismo⁸⁶ e mais, em geral, sobre o próprio processo científico em curso no CEA. As várias edições do Curso de Desenvolvimento dirigido por Ruth First – em que se pôs em prática o método de fazer investigação investigando salientado por Aquino de Bragança na sua visita ao Fernand Braudel Center (ver acima) – foi uma das práticas científicas do CEA que mais contribuiu para o que Aquino de Bragança e Bridget O’Laughlin mais tarde designaram como “uma concepção própria e revolucionária do ensino universitário” (1984: 161).⁸⁷ Para Ruth First o marxismo era a única ciência válida e os seus praticantes deviam ser capazes de a usar criativamente para analisar a realidade do seu país. Ela reconhecia a importância do treino especializado, mas preocupava-se sobretudo com a necessidade de a universidade revolucionária manter abertura, servir o partido e o Estado, e contribuir para a formação de quadros sem os separar dos seus locais de trabalho.

Estas experiências pedagógicas não eram aceites com unanimidade tanto pela sua prática como pelos seus pressupostos teóricos e políticos. De 9 a 13 de Agosto de 1982, realizou-se no CEA, em co-organização com a Comissão Nacional da UNESCO, um encontro de peritos sobre “os problemas e as prioridades no treino em ciências sociais na África Austral”. Segundo Wallerstein, que participou neste encontro, a reunião foi muito tumultuada e a delegada da UNESCO acabou por abandoná-la. Na base da controvérsia esteve a comunicação

de John Saul que no ano lectivo de 1981-82 tinha sido professor da escola do Partido e da Faculdade de Marxismo-Leninismo da Universidade Eduardo Mondlane. Na sua intervenção, Saul (1984: 173-196) faz uma crítica acerba do dogmatismo explícito ou implícito de muitas análises marxistas,⁸⁸ critica a falta de democraticidade no trabalho científico devido à incapacidade ou o medo de envolver as classes populares no processo de investigação, para além da recolha dos dados, na definição dos problemas, na formulação das hipóteses e na acção decorrente dos resultados, estigmatiza várias formas de marxismo que em nada ajudam à solução dos problemas do subdesenvolvimento (marxismo populista, marxismo terceiro-mundista, marxismo congelado – um termo retomado por Aquino – marxismo produtivista), afirma que o Marxismo “é tanto uma arte como uma ciência” (Saul 1985:190) e remata afirmando que o modelo de investigação dominante no CEA tende a reproduzir um modelo verticalista, *top-down*, mesmo se o topo é um topo revolucionário (Saul 1985: 191), não está imune à distância entre liderança e massas e à auto-censura do investigador.⁸⁹ Recomenda então uma maior democratização da investigação até para a tornar mais dialéctica e dá, como modelo a seguir, o Centro de Estudos de Técnicas Básicas de Aproveitamento de Recursos Naturais, criado pelo António Quadros. (TBARN). Pela informação de Wallerstein, a reacção de Ruth First foi explosiva.

Qual seria a posição de Aquino de Bragança neste diferendo? No texto que escreveu com Bridget O’Laughlin em homenagem a Ruth First, assassinada a mando do regime do *apartheid* da África do Sul, poucos meses depois do encontro acima referido, Aquino afirma o propósito de repensar o CEA: “Ruth deixou-nos um mandato de repensar e criticar o nosso trabalho: a organização do CEA, as principais linhas de investigação, os nossos métodos de ensino” (1984: 172).

A pista mais elucidativa para reconstruir a posição de Aquino de Bragança reside num artigo que escreveu anos depois em parceria com Jacques Depelchin. O artigo é significativamente intitulado “Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique” (Bragança e Depelchin 1986). Nele é feita uma análise crítica bastante veemente de dois livros de autores estrangeiros, companheiros da luta de libertação, sendo um deles, precisamente, John Saul (1985), e outro, Joseph Hanlon (1984). Começando por afirmar de forma lapidar que “na crónica de uma historiografia vitoriosa é muito raro encontrar relatos focando aspectos ‘menos vitoriosos’” (1986: 33), ambos os autores são criticados por sofrerem da “problemática teleológica” ao aceitarem de modo acrítico a vitória da FRELIMO e não tentarem repensar a história da libertação desde 1962 em toda a sua complexidade. A problemática teleológica leva a que “a prova da vitória está na própria vitória, portanto, não há necessidade de colocar perguntas que ponham em dúvida esta questão” (1986:34). Por esta via cometem-se erros de compreensão ou erros de conhecimento. E acrescentam:

Não pretendemos negar o mérito dos dois autores mas mostrar a importância de aprofundar a crítica, se queremos fortalecer as fileiras dos que combatem por uma transformação socialista de Moçambique... Procuram não cair numa mera justificação ideológica, mas ainda assim, a sua característica principal é a de não analisar a situação real tal como ela é, mas a de dar respostas a posições ideológicas antagónicas (1986:34).

E os autores lamentam-se:

Salvo erro não existem até hoje textos que tentam analisar objectivamente o conteúdo, os limites e as contradições da vitória sem cair no reducionismo, quer em dar primazia a um facto, ou conjunto de factores, que simplificam e, portanto, distorcem um processo complexo (1986:34).

Em face disto, é de supor realisticamente que Aquino de Bragança talvez compreendesse bem as críticas de John Saul no encontro de peritos e até achasse que o próprio John Saul padecia dos mesmos erros que criticava na corrente dominante do CEA.⁹⁰

Conhecimento científico e outros saberes rivais ou complementares

Um dos debates epistemológicos mais importantes das últimas décadas incide sobre as condições do conhecimento válido e põe em causa os processos de determinação das condições que converteram a ciência na única forma de conhecimento válido. Desse debate tem emergido posições que contestam tanto as epistemologias positivistas quanto as marxistas pelo monopólio do conhecimento válido que atribuem à ciência, ainda que entendida de modos muito distintos. O domínio avassalador da ciência moderna nos últimos duzentos anos enquanto saber-poder acabou por colonizar os procedimentos epistemológicos que conferiram à ciência o monopólio do conhecimento válido. Ao lado da ciência moderna sempre existiram e continuam a existir outros conhecimentos considerados válidos pelos grupos sociais que os produzem ou a eles recorrem para fins por eles considerados socialmente úteis. O facto de não serem considerados conhecimentos válidos pela epistemologia dominante não é um problema deles, mas sim da epistemologia dominante, um problema que só não é amplamente reconhecido devido aos interesses políticos económicos e sociais investidos no privilégio epistemológico concedido à ciência. Pelo contrário, o reconhecimento da pluralidade epistemológica do mundo permite identificar diferentes tipos de conhecimento, sendo a ciência moderna um deles. À coexistência de diferentes conhecimentos tenho chamado a ecologia dos saberes.⁹¹

No final da década de setenta este debate estava no início. Teve uma importância fundadora no caso do CES onde os debates epistemológicos estiveram sempre presentes e onde os conhecimentos não-científicos em domínios tão diferentes quanto a saúde, a agricultura, a educação ou a segurança social foram frequentemente discutidos enquanto conhecimentos alternativos ao conhecimento científico.

No caso do CEA tal não foi possível por duas razões principais. Por um lado, havia o peso da condenação política dos conhecimentos populares, tradicionais acusados pela FRELIMO de serem fonte de obscurantismo e credence e de terem sido usados pelo colonizador para fortalecer o seu controlo sobre as populações.⁹² Por outro lado, havia o peso de uma certa ortodoxia marxista que, apesar de frequentemente combatida ao nível do discurso, era imposta na prática e via no marxismo uma ciência superior a ser praticada sem desvios populistas ou românticos, como eram considerados todos os apelos aos conhecimentos populares ou tradicionais.⁹³ Assim, os conhecimentos não-científicos foram reduzidos à condição de matéria-prima para as análises científicas, sendo recolhidos através das inovações metodológicas e pedagógicas introduzidas pelo CEA que exigiam o envolvimento muito activo dos estudantes e formandos.

Neste domínio deve registar-se que, apesar de tudo, havia em Moçambique nesta época algum espaço para experimentação com diferentes formas de conhecimento e que se esse espaço, se não foi aproveitado pelo CEA, foi aproveitado por outras instituições criadas neste período de fervilhar político, social e cultural. Foi este o caso do Centro de Estudos de Técnicas Básicas de Aproveitamento de Recursos Naturais (TBARN), criado pelo António Quadros.⁹⁴ Como referi acima, John Saul refere-o como exemplo de uma forma mais avançada de democratização do conhecimento e de desenvolvimento. Em 1978, Samora Machel visitou o TBARN e elogiou a maneira exemplar como procurava resolver a contradição entre os que têm do desenvolvimento uma concepção excessivamente politizada e aqueles que o concebem como mera questão técnica. João Paulo Borges Coelho, que participou das actividades do TBARN descreve-as assim:

Dirigidos intelectual e administrativamente pelo pintor e escritor António Quadros, líamos Rene Dumont e Leroi-Gourham, ao mesmo tempo que estudávamos formas de conservar os cereais, de construir bem e barato com materiais disponíveis, de utilizar a tracção animal, de aproveitar a força da água em pequenas represas e carneiros hidráulicos, enfim, de projectar de forma talvez um pouco ingénua mas muito entusiástica as soluções materiais de uma sociedade nova, justa e horizontal, onde os homens viviam 'do lado da natureza' (Borges Coelho 2007).

As tensões entre o CEA e o TBARN eram fortes e decorriam tanto das diferentes opções epistemológicas e teóricas quanto das diferentes personalidades dos seus directores.⁹⁵ Demasiado avançado para o seu tempo, o TBARN teve uma vida curta e controversa, mas ficou como um marco de inovação epistemológica e de transformação social participativa. Neste domínio, o CES esteve mais próximo do TBARN do que do CEA.

Aquino de Bragança e as epistemologias do Sul

Ao longo deste texto salientei que as posições políticas, teóricas e epistemológicas de Aquino de Bragança convergiam para uma atitude de constante dialogar, de criar pontes e tecer laços, de buscar complementaridades, de se deixar surpreender pela realidade, de recusar dogmatismos teóricos ou políticos, enfim, de procurar entender o novo a partir de ideias novas.⁹⁶ Esta valorização da diversidade da experiência social e o desejo de a não desperdiçar combinados com a preocupação em mostrar que as realidades próprias dos países do Sul anti-imperial são ocultadas, desvalorizadas ou distorcidas quando analisadas por teorias desenvolvidas nos países do Norte imperial e mesmo do Norte não imperial (como é o caso do marxismo) configuram uma postura epistemológica próxima da que tenho designado por epistemologia do sul (Santos 2006a, 2006b, 2007 (org.), e Santos e Meneses 2009).

Entendo por epistemologia do Sul a busca de conhecimentos e de critérios de validação do conhecimento que outorguem visibilidade e credibilidade às práticas cognitivas das classes, povos e grupos sociais que tem sido historicamente, explorados e oprimidos pelo colonialismo e capitalismo globais. O Sul é aqui entendido como metáfora do sofrimento humano sistematicamente causado pelo colonialismo e pelo capitalismo. É um Sul que também existe no Norte global geográfico, o chamado Terceiro Mundo interior dos países hegemónicos. Por sua vez, o Sul global geográfico contém em si mesmo, não só o sofrimento sistemático provocado pelo colonialismo e capitalismo globais, mas também as práticas locais de cumplicidade em relação a estes. Tais práticas constituem o Sul imperial. O Sul da epistemologia do Sul é o Sul anti-imperial (Santos 2009:12).

Quase sem se ter dado conta e muito menos sem ter transformado isso numa missão de vida, Aquino de Bragança contribuiu decisivamente para criar uma cultura científica e política aberta e de vocação intercultural, descentrada em relação ao eurocentrismo, reivindicando a legitimidade da perspectiva do Sul anti-imperial, atenta ao que desigmo por ecologia de saberes e dando prioridade às especificidades e inovações históricas, sociológicas, culturais e epistemológicas com que a realidade frequentemente nos surpreende quando a concebemos a partir dos pressupostos da epistemologia do sul.

Essa cultura inconformada e inconformista está hoje bem presente no meio universitário moçambicano. Sem querer cometer nenhuma injustiça e remetendo-me apenas às cientistas e aos cientistas sociais com quem tenho colaborado nos últimos quinze anos, escolho na vasta produção científica de cada um, apenas uma dimensão exemplar. O saudoso José Negrão (2008), ao reivindicar a especificidade da realidade moçambicana ante o rolo compressor das receitas do Banco Mundial e fazendo-a valer na Lei de Terras 19/97. Teresa Cruz e Silva, quando analisa o papel das igrejas na formação das elites moçambicanas e define o perfil político de Eduardo Mondlane (1998, 1999 e 2001). João Paulo Borges

Coelho (2003, 2009), quando submete a uma crítica implacável a nova literatura, subsidiária das epistemologias do Norte global, sobre as guerras civis, baseada em metodologias quantitativas e privilegiando a explicação económica. Maria Paula Meneses (2004, 2010a e 2010b), ao resgatar a dignidade epistemológica dos saberes não ocidentais tanto no domínio da medicina como no do direito. Isabel Casimiro (2004, 2008a, 2008b) quando analisa a vida das mulheres no norte de Moçambique sem se deixar cegar pelos feminismos eurocêntricos. António Francisco (2003, 2009 e Francisco *et al*, 2009), e a sua lucidíssima crítica dos pressupostos epistemológicos da teoria económica do dominante no Norte global. Elísio Macamo (2003, 2005a, 2005b), ao submeter a um escrutínio rigoroso o conceito de desenvolvimento e o modo como nele se vê e se oculta África. Francisco Noa (1997, 2003) e o seu olhar sobre a realidade moçambicana a partir da literatura e o modo como nela se exprimem o império e o colonialismo e as resistências contra eles. Severino Ngoenha (2004, 2008) e a sua crítica à tradição filosófica ocidental. E muitos outros poderia mencionar se o meu conhecimento da pujante comunidade científica moçambicana não fosse tão limitado.

Notas

1. Na preparação deste texto tive o apoio generoso e precioso de quatro colaboradoras e amigas de longa data: Maria Paula Meneses, minha colega no Centro de Estudos Sociais; Margarida Gomes, minha assistente de investigação; Natércia Coimbra, directora-bibliotecária do Centro de Documentação 25 de Abril; e Lassalet Simões, minha secretária. A todas, a expressão da minha gratidão.
2. Algumas delas podem ser lidas no Capítulo 6 do livro recentemente publicado por Sílvia Bragança (2009) *Batalhas ganhas, sonhos a continuar*. Os documentos que aqui são mencionados pertencem aos espólios de Manuel Sertório e Piteira Santos do fundo documental que se conserva no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, em Portugal.
3. A Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE) foi criada em 1933, sucedendo a outras polícias existentes na Ditadura Militar. De cariz nacional, o seu principal objectivo era a defesa do regime. Em 1945 seria substituída pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE – Decreto-Lei n.º 35 046, de 22 de Outubro) que ficaria na dependência do Ministério do Interior. Cabia a este organismo de polícia proceder à instrução preparatória dos processos respeitantes a crimes contra a segurança do Estado (entre outros), sugerir a aplicação das medidas de segurança e a definição do regime de prisão preventiva e liberdade provisória dos arguidos. Eram conferidas à PIDE funções administrativas e funções de repressão e de prevenção criminal. Em 1954, e pelo Decreto-Lei n.º 39 749, de 9 de Agosto, a PIDE foi reorganizada. Foi então criado o quadro para “as ilhas adjacentes e o ultramar”. Ficou estabelecido que a PIDE seria a única entidade responsável pela troca de informações com serviços estrangeiros. A PIDE exercia actividade em todo o território português no sentido de neutralizar a oposição ao

Estado Novo e evitar dissidências nas organizações civis e militares, justificando as suas actividades com o combate ao internacionalismo proletário e comunismo internacional. Durante a luta nacionalista que ocorreu no palco africano, a PIDE, até aí virtualmente ausente desses territórios, assumiu nos três teatros de operações a função de serviço de informações, colaborando com as forças militares no terreno. Pelo Decreto-Lei n.º 49 401, de 24 de Novembro de 1969, o Governo presidido por Marcello Caetano substituiu a PIDE pela Direcção-Geral de Segurança (DGS), que, por sua vez, foi extinta na sequência da Revolução do 25 de Abril de 1974, pelo Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril.

4. Manuel Sertório foi durante muito tempo membro do partido comunista português. Já fora do partido comunista, formou juntamente com outros opositoristas a Frente Patriótica de Libertação Nacional fazendo parte da Junta Revolucionária Portuguesa (órgão executivo da frente) de que também faziam parte Humberto Delgado (presidente), Álvaro Cunhal, Tito de Morais, Rui Cabeçadas e Piteira Santos.
5. Entre os finais de Janeiro e primeiros dias de Fevereiro de 1961, o assalto e desvio do Santa Maria, o maior e melhor paquete da Companhia Colonial de Navegação, com cerca de seiscentos passageiros de várias nacionalidades a bordo e trezentos e setenta tripulantes portugueses, consegue prender as atenções dos media internacionais e despertar a consciência da opinião pública do mundo para a falta de liberdade política em Portugal. Planeado e levado a cabo pelo capitão Henrique Galvão, um dissidente do Estado Novo, este acto inédito contribuiu para evidenciar o isolamento político internacional do regime de Oliveira Salazar, expondo as características autoritárias e ditatoriais de um regime que até aí, tinha sido, de forma mais ou menos complacente, apoiado pelos vários governos democráticos e aceite nalgumas das mais importantes organizações internacionais como membro de pleno direito (NATO, ONU, EFTA).
6. Espólio de Manuel Sertório, Correspondência, 3219, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
7. A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) foi fundada em Abril de 1961, em Casablanca. Os cargos directivos foram ocupados por Mário Pinto de Andrade (Angola), Marcelino dos Santos (Moçambique), Amílcar Cabral, Aristides Pereira (Guiné Bissau e Cabo Verde) e pelo próprio Aquino de Bragança na qualidade de representante do Partido do Povo de Goa. Embora fosse essa a sua representatividade formal, Aquino de Bragança era de facto, como diz Wallerstein, o elo de ligação entre os líderes dos vários movimentos de libertação do colonialismo português (entrevista ao autor em 11 de Agosto de 2009). A sua solidariedade era concreta e envolvia riscos. A título de exemplo, foi Aquino quem transportou no seu carro para o porto de Casablanca armas destinadas ao PAIGC. Sobre os objectivos da CONCP, como espaço de articulação da luta nacionalista, veja-se Santos 1962; Andrade 1998, e Rocha 2009.
8. Humberto Delgado foi chefe da Missão Permanente de Portugal na NATO em Washington e candidato presidencial pela oposição em 1958. Afastado do serviço militar activo em 1959, pede, no mesmo ano, asilo político ao Brasil. Exilado político em Argel (1963) chefia a Junta Revolucionária Portuguesa, órgão directivo da FPLN. A 13 de Fevereiro de 1965 foi assassinado em Espanha por agentes da PIDE. Sobre este assunto, veja-se Rosa 2008.

9. Espólio de Manuel Sertório, Correspondência, 277, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
10. Nessa época, Marrocos acolhia também os representantes de várias associações e movimentos de libertação das colónias portuguesas. No caso de Marcelino dos Santos, de Moçambique, este havia travado relações de amizade com o herdeiro do trono então em França e essas relações foram providenciais para o apoio de Marrocos aos movimentos de libertação do colonialismo português, quando o príncipe assumiu o governo com o nome de Rei Hassan II. Marrocos viria a perder boa parte deste papel quando a Argélia se tornou independente em Julho de 1962. A dramática vitória do movimento argelino sobre o colonialismo francês passou a ser a grande referência para os movimentos democráticos e de libertação nacional e por isso os representantes destes rumaram para Argel (Rocha 2009; Bragança 2009).
11. Como se pode imaginar, a PIDE (ver nota 3) tinha Aquino de Bragança sob vigilância. Já em 1954, a polícia política solicita ao cônsul geral em Paris informações sobre Aquino “*Tenho a honra de solicitar a V. Exa se digne informar esta polícia se se encontra registado nesse Consulado-Geral um indivíduo chamado Aquino de Bragança, residente no Boulevard du Maroc, Boulevard Jourdan, 1 – Cité Universitaire – Paris XIV e, em caso afirmativo, qual o seu nome completo e restantes elementos de identificação, o que desde já muito agradeço. A Bem da Nação*”.
12. Espólio de Manuel Sertório, Correspondência, 278, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
13. Piteira Santos foi político, historiador e professor universitário. Membro do Comité Central do PCP desde 1941, acabaria por ser expulso em 1950. Opositor activo, colaborou na tentativa de assalto ao quartel de Beja em 1961 vendo-se, por isso, obrigado a passar à clandestinidade e depois ao exílio político. Membro do MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), MUD (Movimento de Unidade Democrática), da RRS (Resistência Republicana Socialista) e da FPLN. O seu espólio encontra-se depositado no Centro de Documentação 25 de Abril.
14. Espólio de Piteira Santos, Correspondência, 327, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
15. Neste ponto deve ter existido um erro de dactilografia. O Jornal em causa – como se comprova nas linhas seguintes – era o *Diário de Lisboa*.
16. O vice-presidente da Frelimo era Marcelino dos Santos.
17. Refere-se à violência política que ocorreu em Portugal durante o chamado Verão Quente de 1975.
18. Maria Stella Biker Correia Ribeiro era a esposa de Piteira Santos e foi durante alguns anos locutora de uma das rádios da oposição democrática, a *Voz da Liberdade*, em Argel.
19. Espólio de Piteira Santos, Correspondência, 346, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
20. Marcelino dos Santos e Mário Pinto de Andrade foram amigos e companheiros de Aquino ao longo de muitos anos. Há aqui uma confusão entre o cargo de vice-presidente da Frelimo, que Marcelino ocupou até ao III Congresso, e a sua função de Estado, no

Moçambique independente, como ministro do Desenvolvimento e Planificação Económica (mais tarde Ministério do Plano).

21. Os democratas portugueses seguiam muito de perto o trabalho de Aquino de Bragança. Em carta de 24 de Fevereiro de 1963, expedida de Argel e dirigida a Manuel Sertório, Hélder Veiga Pires afirma: “Há cá um semanário *Révolution Africaine* onde o Aquino de Bragança trabalha de que só saíram ainda quatro números muito bem feitos sobre política africana e muito bem informado sobre os movimentos de libertação portugueses que julgo fundamental terem; a direcção é 7 Boulevard Laterriere, Alger. O segundo número é dedicado a Angola, não mando porque por enquanto estou muito baixo de dinheiro” (Espólio de Manuel Sertório, 2452, Centro de Documentação 25 de Abril).
22. Aliás, já em 1927 o Comintern tomara uma posição muito dura contra os movimentos de libertação nacional com a justificação de que eles poderiam atraí-los a classe operária, uma posição que só veio a ser revista em 1935 (Prashad 2007: 38; Milhazes 2009: 21-28). Não concordando com a posição do Comintern face ao mundo colonial, vários partidos comunistas, existindo em contextos coloniais, como foi o caso da África do Sul, desafiaram as suas decisões. Por exemplo, o partido comunista sul-africano, em 1928, numa tomada de posição durante o 6º Congresso da Internacional Comunista, questionava o programa do Comintern, que identificava duas forças revolucionárias no mundo: o proletariado nos países centrais, e as ‘massas’ nas colónias. A falta de atenção prestada às massas coloniais levou o delegado do partido comunista sul-africano a desafiar esta tese, afirmando que os trabalhadores sul-africanos “não eram meras ‘massas’”, mas verdadeiros proletários, como os de qualquer outra parte do mundo, prontos a desafiar o sistema capitalista (S. P. Bunting, Statement presented at the Sixth Comintern Congress, 23 Julho 1928, acedido a 2 de Julho de 2010 em <http://www.sahistory.org.za/pages/library-resources/online%20books/allisondrew/volume1/document%2023.htm>). Pela mesma razão, o partido comunista sul-africano interpretou a resolução do Comintern quanto à criação de uma república indígena na África do Sul como propondo uma revolução assente na restituição da terra aos sem terra e aos pobres, e na luta pela igualdade de todas as raças, num contexto onde os brancos eram uma minoria. (Resolution on ‘The South African Question’ adoptada pelo Comité Executivo do Comintern, em 1928, após o seu 6º Congresso, em <http://www.marxists.org/history/international/comintern/sections/sacp/1928/comintern.htm>, acedido a 2 de Julho de 2010). Estas tensões revelam o desconhecimento, por parte do Comintern, da situação colonial. A dificuldade em entrar em contacto com os movimentos e líderes nacionalistas africanos, levou o Comintern e as organizações que lhe estavam afiliadas a recorrer a Pan-africanistas afro-americanos, como W.W. B. Du Bois ou George Padmore ou ainda a partidos comunistas europeus com contactos no espaço colonial, como era o caso de França e do Reino Unido ou da Bélgica, para divulgarem os ideais socialistas (Padmore, 1938a, 1938b). Como Thiam e Mulira revelam (1999: 800), a Terceira Internacional apelou ao Politburo do partido comunista francês, ainda em 1921, no sentido de apoiar a formação de um conselho colonial comunista com o objectivo de encorajar e apoiar a emergência de actividades anti-coloniais em África e noutros contextos.

23. Aquino de Bragança julga ser crucial integrar esta fracção da classe operária após a descolonização pois “doutro modo não haverá amanhã em Portugal senão uma paródia da democracia” (Bragança, 1963:7).
24. A ambivalência do operariado metropolitano e dos seus líderes a respeito da luta nacionalista anti-colonial fora identificada anos antes, em 1958, por Franz Fanon “No decurso das diferentes guerras de libertação nacional que nos últimos vinte anos se sucederam umas às outras, não raro se notou uma sugestão de hostilidade, e mesmo de ódio, na atitude do colonialista para com o colonizado. Esta pode ser explicada pela retirada do imperialismo e reconversão das estruturas sub-desenvolvidas específicas do estado colonial terem sido acompanhadas de imediato por uma crise económica que os trabalhadores na metrópole colonial foram os primeiros a sentir.” (Fanon, 1967: 144-145).
25. No mesmo número de *Révolution Africaine* são publicados extractos do Boletim nº 2 do MAR, de Março de 1963, em que se afirma: “Esta guerra colonial é um episódio do grande processo mundial de democratização e de emancipação dos povos. Por consequência, os povos colonizados que lutam pela sua liberdade são os amigos e companheiros naturais dos democratas portugueses que lutam pela liberdade do seu próprio país” (Bragança, 1963:7). Por sua vez, um ano antes, o “Manifesto do Movimento de Acção Revolucionária (MAR) ao Povo de Portugal” afirmava: “Um perigo mortal ameaça hoje os grupos capitalistas representados pelo salazarismo: a emancipação dos povos das colónias” (MAR, 1962).
26. Ver Bragança, 1973: 12-18.
27. Foi Aquino de Bragança quem informou, a chorar, Immanuel Wallerstein, outro amigo de alguns anos: “Mataram o nosso Amílcar!” (entrevista de Immanuel Wallerstein ao autor, em 11 de Agosto de 2009).
28. PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde, até então liderado por Amílcar Cabral.
29. Então presidente da Guiné Conacri.
30. As complicitades no assassinato de Amílcar Cabral estão ainda hoje por esclarecer. Sobre este tema, veja-se Castanheira 1995; Marcum 1973; Ignatev 1975; Ferreira 1973.
31. Augusto de Carvalho apresenta Aquino de Bragança afirmando que “*é um dos homens que melhor conhece a problemática dos Movimentos de Libertação e melhor conhece a relação 25 de Abril -descolonização*” (Bragança, 1975:18).
32. O nascimento do Movimento dos Capitães, designação original, encontra-se ligado à publicação dos Decreto-Lei nºs 353, de 13 de Julho de 1973, e 409, de 20 de Agosto do mesmo ano, por meio dos quais se pretendia resolver o problema da falta de oficiais com que o Exército se debatia perante a continuação da Guerra Colonial. Apesar da suspensão dos diplomas, as reuniões entre militares continuaram e o movimento politizou-se. A recusa de Marcello Caetano em aceitar uma solução política para a guerra levou a que os oficiais de nível intermédio percebessem que o fim do conflito passava pelo derrube do regime do Estado Novo. O Movimento dos Capitães consolidou ligações e canais de divulgação de informação dentro dos quartéis (na metrópole e nas

colónias). Foi eleita uma Comissão Coordenadora, que passou a liderar todo o processo de contestação. Em Novembro de 1973, o Movimento explicita que, além das reivindicações corporativas, estavam em causa outros objectivos, como o fim da Guerra Colonial e o restabelecimento da democracia. Em Dezembro foi eleito um Secretariado Executivo constituído por Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves, e foram formadas as várias comissões que iniciaram o processo de preparação de um golpe militar. A 5 de Março de 1974, o Movimento dos Capitães passou a designar-se Movimento das Forças Armadas e foram aprovadas as suas bases programáticas, que constavam de um documento distribuído nos quartéis, *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação*. O programa iria depois sintetizar-se em três palavras-lemma: democratizar, descolonizar e desenvolver. A conspiração que derrubou o Estado Novo envolveu cerca de trezentos oficiais e desenvolveu-se em menos de um ano. O golpe foi marcado para a semana de 20 a 27 de Abril de 1974, acabando por ter lugar a 25 de Abril.

33. Ao governo de transição (empossado a 20 Setembro de 1974) cabia promover a transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique. Chefiado por Joaquim Chissano, com o cargo de primeiro-ministro, incluía ministros nomeados pelo governo português e outros nomeados pela FRELIMO. O Estado português era representado por um Alto-Comissário, Vítor Crespo.
34. Samora Machel foi o segundo Presidente da FRELIMO e o fundador da Nação moçambicana. Samora educou-se como um “rebelde com causa” nacionalista, interessado em conhecer os acontecimentos mundiais, como por exemplo, a formação da República Popular da China, com Mao Tse-Tung, em 1949 e a independência do Gana em 1957. Mas foi o seu encontro com Eduardo Mondlane, de visita a Moçambique, em 1961, que, juntamente com a perseguição política de que estava a ser alvo, levou Samora a juntar-se à FRELIMO, na Tanzânia. O assassinato de Mondlane, a 3 de Fevereiro de 1969, acabou por conduzir Samora à presidência da FRELIMO em Maio de 1970. Nos anos seguintes, Samora impulsionou a transformação do processo da luta de Libertação em “revolução democrática e popular”, conseguindo organizar a guerrilha de forma não só a neutralizar a ofensiva militar portuguesa, mas também a organizar as Zonas Libertadas, que abrangiam 30% do território. Dirigiu uma grande ofensiva diplomática, em que granjeou apoios, não só dos tradicionais aliados socialistas, mas também do próprio Papa, que era um tradicional aliado de Portugal. A seguir ao golpe de estado militar de 25 de Abril de 1974, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mário Soares, encabeçou uma delegação a Lusaka, em que propôs à FRELIMO um cessar-fogo e a realização de um referendo para decidir se os moçambicanos queriam ou não a independência. Samora recusou, afirmando que “A paz é inseparável da independência” e expandiu as operações militares, contando com a fraqueza do exército colonial. Em Julho, o cerco da base Omar e a consequente rendição do destacamento português levou Lisboa a mudar de atitude e, em 7 de Setembro de 1974, foram assinados os Acordos de Lusaka, que marcaram a etapa decisiva para a proclamação da Independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975. Na sessão do Comité Central da FRELIMO de 1975 foi aprovada a Constituição da República Popular de Moçambique tendo sido decidido que Samora seria o Presidente da República. Samora morreu num

desastre de aviação a 19 de Outubro de 1986, o mesmo que vitimou Aquino de Bragança em condições até hoje não plenamente esclarecidas. Sobre este episódio trágico da história de Moçambique veja-se Cabrita 2005; Veloso 2007: 204-209; Milhazes 2010 e Vieira 2010: 486-491. Sobre o papel de Samora Machel na construção de Moçambique veja-se Christie 1988, 1989, e Munslow 1985.

35. Ernesto Melo Antunes participou activamente na preparação do 25 de Abril como co-autor e redactor principal do programa do MFA. Pertenceu à comissão coordenadora do MFA após o 25 de Abril de 1974. Por várias vezes foi ministro nos governos provisórios e nessa qualidade negociou a independência da Guiné-Bissau. Fez parte do Conselho dos Vinte, órgão do MFA antes do período constitucional, do Conselho da Revolução e do Conselho de Estado. Notabilizou-se ainda por ter participado activamente na elaboração do Programa de Acção Política e Económica e do *Documento dos Nove*, conhecido como documento Melo Antunes. Aquino caracteriza-o como sendo “o arquitecto da descolonização do lado português, agindo em nome do MFA” (Bragança 1975a:18). As convergências entre Aquino e Melo Antunes resultam claras na entrevista que Aquino lhe fez aquando de um encontro em Argel publicada em *Afrique-Asie* (Bragança 1975b:11).
36. Goês de nascimento e antigo Ministro da Saúde de Moçambique.
37. A propósito da posição dos movimentos de libertação sobre Fanon, veja-se a nota 76.
38. Tratava-se de uma universidade marxista destinada ao povo em que as aulas eram ministradas à noite.
39. A independência do Brasil foi proclamada a 7 de Setembro de 1822 na sequência da ordem dirigida ao infante D. Pedro para retornar à metrópole. Os acontecimentos que se seguiram à sua recusa acabariam por conduzir ao “Grito do Ipiranga” e à declaração de D. Pedro I como imperador do Brasil.
40. A revolução liberal ocorreu na sequência dos acontecimentos desencadeados pelas Invasões Francesas, nomeadamente a partida da família real para o Brasil que viria a deixar o país nas mãos dos militares ingleses que vieram auxiliar a derrotar a tropas napoleónicas. Apesar desta vitória, o rei e a corte permaneceram no Brasil e nos portugueses cresceu o sentimento de que o reino se tornara numa colónia brasileira sob influência britânica. Assim, às primeiras horas da manhã de 24 de Agosto de 1820, o exército revoltou-se e, de imediato, se efectuou uma reunião na Câmara Municipal, formando-se uma Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. A Junta tinha como objectivos imediatos a tomada da regência do reino nas suas mãos e a convocação de Cortes que redigiriam a Constituição. As cortes, realizadas em Dezembro de 1820, solicitaram o regresso imediato de D. João VI. Em Janeiro de 1821 as Cortes elegeram um novo governo e uma nova regência, para governar até ao regresso do rei.
41. Timor proclamou a independência em 28 de Novembro de 1975, mas logo depois foi invadido e ocupado pela Indonésia com a conivência das grandes potências e a desarmante impotência de Portugal. A sua independência só seria restaurada em 20 de Maio de 2002. Sobre este tema veja-se Guedes e Mendes 2008; Feijó 2006; Jolliffe 1976; Lloyd-Jones e Pinto 2002.

42. Em vésperas do 25 de Abril de 1974, Portugal era um país anacrónico. Último império colonial do mundo ocidental, travava uma guerra em três frentes africanas e enfrentava sucessivas condenações nas Nações Unidas e a incomodidade dos seus tradicionais aliados. Será talvez difícil imaginar o que era viver neste Portugal, onde era rara a família que não tinha alguém a combater em África, o serviço militar durava quatro anos, a expressão pública de opiniões contra o regime e contra a guerra era severamente reprimida pelos aparelhos censório e policial, os partidos e movimentos políticos estavam proibidos, as prisões políticas, cheias, os líderes oposicionistas, exilados, os sindicatos, fortemente controlados, a greve, interdita, o despedimento, facilitado, a vida cultural, apertadamente vigiada. A opressão política, o atraso económico e cultural, a impossibilidade de ganhar a guerra contra os movimentos de libertação e a recusa do regime em reconhecer isso mesmo e em tirar daí conclusões levaram os jovens capitães do Movimento das Forças Armadas a derrubarem o regime na madrugada de 25 de Abril de 1974, abrindo o caminho para a construção de um Portugal democrático e o fim do colonialismo. A euforia revolucionária que então se viveu simbolizou a aspiração do povo português em viver em poucos meses várias décadas da história europeia e mundial de que se vira privado pelo regime ditatorial.
43. Historicamente, a “descolonização” significou a substituição do colonialismo pelo neocolonialismo. Nesse sentido podemos questionar se as transições políticas que conduziram à independência das colónias portuguesas constituíram processos de descolonização.
44. Os líderes dos movimentos de libertação do colonialismo português estavam bem conscientes das especificidades da dominação colonial decorrentes do facto de Portugal ser, no contexto europeu, um país relativamente subdesenvolvido. Agostinho Neto fala do “paleo-colonialismo português” numa conferência proferida na Universidade de Dar es Salaam a 7 de Fevereiro de 1974 (Neto 1982: 211). E análises semelhantes podem ser lidas em textos de outros dirigentes.
45. Os primeiros Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM) foram criados em 21 de Agosto de 1962, pelo decreto 44.530, em resposta às críticas dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas que acusavam a metrópole de nada fazer pelo desenvolvimento do povo das colónias. O decreto 43799, de Dezembro de 1968, cria a Universidade de Lourenço Marques. Ao tempo da independência, apenas entre 80 e 120 Moçambicanos tinham um curso universitário, a maioria deles brancos e mulatos.
46. Inscrevem-se neste contexto, por exemplo, os trabalhos da equipa coordenada por Jorge Dias que se dedicou a estudar os Macondes de Moçambique (1964/70), ou ainda os trabalhos de António Rita-Ferreira (1960, 1967/ 68), sobre a questão da mão-de-obra no sul de Moçambique.
47. Foi esse o meu caso com o doutoramento feito na Universidade de Yale e a dissertação baseada em trabalho de campo feito nas favelas do Rio de Janeiro.
48. Excerto de um discurso intitulado “*As lições positivas e negativas da revolução africana*”, proferido por Amílcar Cabral na III Conferência dos Povos Africanos realizada no Cairo entre 25 e 31 de Março de 1961. Aquino de Bragança considerava esta afirmação como uma das mais lúcidas produzidas pelos movimentos de libertação e cita-a num livro publicado em português (Bragança 1976:6).

49. Segundo Mário Pinto de Andrade, o objectivo deste Centro seria produzir uma reflexão libertadora: “fazia-nos pensar nos nossos problemas e depois abria perspectivas políticas. Não era uma pura reflexão sobre as situações africanas do passado, mas mergulhávamos directamente no real, o real em movimento” (Andrade 1997: 74).
50. Este centro inspirou (até no nome) Aquino de Bragança ao criar, em 1976, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Em entrevista a Diana Andringa, Mário Pinto de Andrade recorda que o CEA começou com um programa de palestras com o objectivo de consciencialização cultural e política de que participavam estudantes africanos - muitos deles viriam a ter grande notoriedade: Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Alda do Espírito Santo, Américo Boavida, Diógenes Boavida, etc. Reuniam-se na casa da família de Alda do Espírito Santo – que viria a ser um nome grande da cultura do espaço de língua oficial portuguesa. Até ao massacre dos santomenses que resistiam ao trabalho obrigatório, em Fevereiro de 1953, as actividades do Centro de Estudos Africanos passavam despercebidas à polícia política do fascismo. Diz Mário Pinto de Andrade “As actividades no 37 da rua Actor Vale tinham um ar de família. Primeiro porque se passavam numa família conhecida, a família Espírito Santo. E todos os pretos eram família, não é? E era ao domingo, ao domingo à tarde. Estava camuflado por reuniões de pretos em família” (disponível em <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/09/04/da-%C2%ABlumpen-aristocracia%C2%BB-a-luta-pela-independencia-35/>).
51. Mário Pinto de Andrade afirma na mesma entrevista a Diana Andringa: “Nessa altura havia pólos de congregação. O primeiro pólo para nós, estudantes, era a Casa dos Estudantes do Império, pelas facilidades de ordem social e recreativa que permitia. Mas, como africanos, organizámo-nos para lá da CEI. Começámos por ter conhecimento da Casa da África Portuguesa, dominada por um proto-nacionalista, Artur de Castro, e que estava na continuidade das várias associações que existiam em Lisboa, desde a Junta de Defesa dos Direitos de África, Liga Africana, Partido Nacional Africano, o Grémio dos Africanos... A Casa da África Portuguesa é uma organização que sucede ao Grémio dos Africanos, de 1929, é criada em 1944 e, em 49/50, pretendemos, alguns de nós, criar uma organização de reactivação, reorganizadora, da Casa de África. Não fomos bem sucedidos, porque a direcção era – para falar em termos actuais - reaccionária ou, pelo menos, conservadora e não estava disponível para aceder a uma presença e a uma infiltração de sangue novo. Sobretudo uma infiltração que, na interpretação de Artur de Castro, podia ser comunizante.” Sobre o papel desempenhado pelo Centro de Estudos Africanos veja-se igualmente Andrade 1998 e Rocha 2009.
52. Andrade, 1998.
53. Ver Andrade, 1978: 138-146.
54. Com uma preocupação convergente, Mondlane afirma que “a fonte de unidade nacional é o sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob o domínio português. O movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente com uma unidade linguística, territorial, económica e cultural. Em Moçambique, foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial.” (1995: 87). E adiante compara a

situação colonial vivida em Moçambique com a realidade de Portugal metropolitano, para concluir que “tendo o governo fascista eliminado a democracia no interior de Portugal, nunca poderá permitir maior liberdade aos povos das colónias, supostamente mais atrasados” (1995: 102).

55. Ver Santos 1993, 2002 e 2006a.
56. A direcção adjunta do CEA foi entregue a Ruth First. Segundo Wallerstein, Aquino de Bragança, um animal político integral, conhecia bem as suas limitações enquanto académico e, por isso, tomou a iniciativa de escolher para dirigir o CEA alguém com credenciais universitárias e, naturalmente, com opções políticas progressistas em sintonia com os objectivos de construção do novo Moçambique. A sua escolha recaiu em Ruth First, militante do Conselho Nacional Africano (ANC) da África do Sul, casada com Joe Slovo, líder do partido comunista da África do Sul (Harlow 2010). Ruth First era uma intelectual respeitada com numerosas publicações académicas internacionais. Para além de ser o “braço direito” de Aquino de Bragança no CEA, Ruth First era também vice-presidente do Tribunal dos Povos, tendo participado nos julgamentos sobre os crimes na Nicarágua somozista, na Eritreia e sobre a invasão indonésia de Timor-Leste. No caso do CES fui eu quem assumiu o cargo de director.
57. Mais tarde viríamos a identificar uma outra limitação da teoria do sistema mundial: o facto de ser eurocêntrica e de, conseqüentemente, se limitar a analisar o sistema mundial moderno sem ter em conta que outros sistemas mundiais tinham existido antes do europeu e que alguns continuaram a co-existir com ele, pelo menos até ao início do século XX.
58. Ver Santos, 2006a: 211-255.
59. Ver Santos 1993 e Santos (org.) 2001.
60. Conheceram-se em Casablanca e depois estiveram juntos em Argel e outras cidades do continente. A amizade estendeu-se às duas famílias. Foi Aquino quem apresentou Amílcar Cabral a Wallerstein. A colaboração científica intensificou-se quando o projecto coordenado por ambos se iniciou em 1975. O objectivo do projecto era investigar a posição da África Austral na economia-mundo no período 1975-2000. Aquino de Bragança organizou juntamente com Immanuel Wallerstein um valiosíssimo livro em três volumes sobre a anatomia do colonialismo, os movimentos de libertação e as estratégias de libertação. Foi publicado em português com o título *Quem É o Inimigo?*. Foi posteriormente publicado em inglês pela Zed Press, em 1982, com o título *The African Liberation Reader*.
61. A situação teve também aqui algum paralelismo com o CES. Neste caso, um dos investigadores-fundadores do CES, Carlos Fortuna, tinha feito a tese de doutoramento sob a orientação de Wallerstein e tinha, aliás, escolhido como tema de dissertação – no âmbito do Projecto entre o FBC e o CEA – a integração de Moçambique no sistema mundial através da cultura do algodão (ver Fortuna 1993). Por outro lado, eu tinha tido contacto com a obra de Wallerstein durante o meu doutoramento em Yale e pouco depois da revolução de 1974, o CES convidou-o para visitar Portugal, o que deu início a uma colaboração que dura até hoje.

62. Entrevista ao autor em 11 de Agosto de 2009.
63. Como referi atrás, Ruth First era militante do Partido comunista sul-africano e casada com o seu líder, Joe Slovo. O seu envolvimento na libertação do continente africano tornou-a um alvo privilegiado do regime do *apartheid* da África do Sul, que perpetrou o seu assassinato através de uma encomenda-bomba a 17 de Agosto de 1982, num dos gabinetes do CEA. Sobre o impacto do trabalho e da obra de Ruth First, veja-se Borges Coelho 2007; Harlow 2010 e Williams 1996.
64. Na altura, o CEA atraía investigadores que trabalhavam a temática de libertação do continente africano.
65. Ao tempo, o FBC editava uma *newsletter* policopiada em que se dava conta *pari passu* do desenvolvimento dos projectos na África Austral. Intitulava-se *Research Bulletin Southern Africa and the World-Economy (newsletter SAWE)*.
66. Entre as publicações deste projecto sobressai *How Fast the Wind?* (1992). Devido à morte de Aquino de Bragança entretanto ocorrida, este livro foi organizado por Sérgio Vieira (que passou a co-dirigir o projecto depois da morte de Aquino), William Martin e Immanuel Wallerstein.
67. Unidade que provavelmente nunca existira a não ser quanto ao objectivo de derrubar o ditador e pôr fim à guerra colonial. Sobre a revolução dos cravos, ver Santos 1990 e 2004. Uma cronologia detalhada da revolução pode ler-se em Santos, Cruzeiro e Coimbra 1997.
68. Ver Santos 1990: 29-41.
69. Alexander Kerensky, após a Revolução de 1917, foi ministro da Justiça do governo provisório e ministro da Guerra. Como primeiro-ministro da jovem República Russa, prosseguiu a guerra contra a Alemanha, na qual o país sofreu a “ofensiva de verão”, para descongestionar a frente ocidental, que resultou em grande derrota. Com a Revolução de Outubro e o assalto ao Palácio de Inverno por bolcheviques, emigrou para a Europa Ocidental vivendo nos Estados Unidos a partir de 1940.
70. Sobre esta questão, ver para o caso russo, Anweiler 1958; Ferro 1967; Trotsky 1967:253-258 e Lenine 1970:48-55.
71. Curiosamente também Aquino de Bragança recorre ao conceito de dualidade de poderes para analisar a divisão que houve no seio da FRELIMO entre 1964 e 1969. Tratava-se da divisão entre os “político-militares” e os “chairmen”, ou entre revolucionários e reformistas/ conservadores e incidia, sobretudo, na definição da estratégia da guerrilha. Os político-militares eram Eduardo Mondlane e seus colaboradores, entre os quais Samora Machel enquanto os “chairmen” eram “os notáveis oriundos da sociedade tradicional’ entre os quais, ”o velho” “N’kavandame. Esta divisão estaria na origem do assassinato de Eduardo Mondlane (Bragança 1981:43-50). Sobre a tensão entre o nacionalismo anti-colonial e o socialismo, enquanto objectivos da luta de libertação, no interior da FRELIMO no período pré-independência ver Ncomo 2003; Pachinuapa 2009 e Vieira 2010. Sobre a figura de Eduardo Mondlane, ver os excelentes trabalhos de Teresa Cruz e Silva (1993, 1998, 1999 e 2001).

72. A mensagem acima citada de Aquino de Bragança para Piteira Santos convidando-o para o III Congresso da FRELIMO revela como Aquino de Bragança seguia de perto a evolução da situação política portuguesa, fundamentalmente com objectivo de se documentar sobre as melhores estratégias e os melhores contactos para os movimentos de libertação nas suas interacções com a ainda potência colonial no complexo período de transição.
73. Ver, por exemplo, *117 Days* (1965); *The Barrel of a Gun: Political Power in Africa and the Coup d'état* (1970); *The South African Connection: Western Investment in Apartheid* (1972); *Libya: The Elusive Revolution* (1974); *The Mozambican Miner: Proletarian and Peasant* (1983). Sobre a trajectória política de Ruth First ver, por exemplo, Prashad 2007:157-159), e Harlow 2010.
74. Ao longo da sua vida, Aquino de Bragança é muito coerente no apelo à complexidade e à especificidade dos processos políticos em que participava. Podemos estar certos de que se ele tivesse vivido mais uns anos, não deixaria de ser um crítico impiedoso da ideologia neoliberal e do ajustamento estrutural que veio a desabar sobre Moçambique a partir do final da década de 1980.
75. Esta atitude levou os líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas a tomarem alguma distância em relação a Franz Fanon, o grande intelectual e activista antilhano de filiação teórica freudo-marxista que, como médico psiquiatra em Argel, viveu de perto a violência do colonialismo francês na Argélia. Em 1956 demitiu-se do hospital em que trabalhava e juntou-se ao movimento de libertação da Argélia. Hoje um dos autores mais celebrados nos estudos pós-coloniais, Fanon não era um marxista ortodoxo, mas a sua apologia da violência como estratégia de resistência do colonizado e as suas opções políticas, desenvolvidas em função da sua experiência na Martinica e em França, levantavam muitas reservas aos líderes dos movimentos de libertação do colonialismo português e, aliás, a muitos outros intelectuais progressistas africanos. Por exemplo, o facto de privilegiar a UPA (União das Populações de Angola), entre as organizações de luta contra o colonialismo português em Angola, era motivo de questionamento. A UPA, mais tarde redenominada FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), era o movimento liderado por Holden Roberto. Para Fanon, a UPA simbolizava a luta do campesinato revolucionário. Aquino de Bragança refere-se com algum sarcasmo, à “canção para-científica do Frantz Fanon” (Bragança 1976:6). Sérgio Vieira, no seu livro de memórias, sumaria assim as principais críticas que então eram feitas a Fanon: “Na FEANF, Federação dos Estudantes da África Negra em França, discutimos os textos de Fanon em 1962 e 1963. Em algumas discussões participaram dirigentes e intelectuais africanos como Paul Vergès da Reunião, Aymé Césaire da Martinica, Cheik Anta Diop do Senegal, todos eles anti-colonialistas, antifascistas e dirigentes de forças progressistas e comunistas. De um modo geral havia unanimidade na rejeição das teses de Fanon. Entre as críticas principais, destacamos as seguintes: 1. Considerar a sociedade oprimida como um todo único em revolta contra o opressor estrangeiro; 2. Ignorar as contradições de classe no seio da sociedade indígena, quando fracções importantes das elites dirigentes se aliaram frequentemente com os invasores e ocupantes, por razões de consolidação do poder pessoal, ou da sua etnia, clã e família;

3. Subestimar a realidade de que, entre os filhos dos colonos surgiam os que se aliavam com a revolta e rejeitavam o opressor; 4. Considerar a violência em si como uma panaceia, método e solução dos problemas” (2010: 242-243).
76. “Donde o ‘regresso às origens’ que parece tanto mais imperioso quanto é grande o isolamento da pequena burguesia (ou das elites nativas) e quanto é agudo o seu sentimento ou complexo de frustração como é o caso das diásporas africanas implantadas nas metrópoles colonialistas ou racistas. Não é portanto por acaso que teorias ou ‘movimentos’ tais como o pan-africanismo e a negritude (duas expressões pertinentes – fundadas principalmente no postulado de identidade cultural de todos os africanos negros) foram concebidos fora da África negra” (Cabral 1978b: 318-319).
77. Esta posição negativa a respeito da negritude e do pan-africanismo era partilhada por alguns dirigentes dos movimentos de libertação do colonialismo português. Sobre a posição de Agostinho Neto, ver Neto 1982: 216.
78. Aquino de Bragança citava frequentemente e com aprovação entusiástica a ideia samoriana de “marxismo caseiro” mais feito da luta de libertação e das realidades empíricas do povo do que de leituras de manuais. Como Aquino gostava de sublinhar, “se há uma história marxista para ser escrita, ela deve ser feita a partir da base onde a história de facto aconteceu, e não a partir de teorias abstractas. De outra forma, podemos estudar qualquer coisa, incluindo a Patagónia” (AJOPE 1986: xi).
79. Ver a newsletter SAWE n.º 2, Junho de 1980.
80. A defesa veemente do debate aberto era, nesta altura, menos a constatação de uma realidade, do que a reivindicação de algo que estava em risco de perder-se. O saudoso José Negrão comenta amargamente sobre o III Congresso da FRELIMO aberto sobre as alternativas económicas para o futuro do país “A confidencialidade passou a ser rotina de gestão, as estatísticas viraram assunto secreto e deixou de se fazer a contabilidade das decisões de natureza política” (Negrão, 2006).
81. Mas foi ele também que convidou um jovem estudante brasileiro, Valdemir Zamparoni, a investigar, para a dissertação de doutoramento sobre a história de Moçambique (Zamparoni, 2007).
82. Ver Centro de Estudos Africanos 1979.
83. Ver First 1977.
84. Ver o Boletim Informativo da Oficina de História do Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane de 1987 em que, sob a direcção de Sérgio Vieira, colaboram nomes como Alexandrino José, Emília Morais, Jacques Depelchin, João Paulo Borges Coelho, José Negrão, Isabel Casimiro, Matias Ntundu, Teresa Cruz e Silva, Yussuf Adam e Conceição Marques.
85. Por exemplo, sobre a natureza e o papel do proletariado e do campesinato, sobre as possibilidades e condições de alianças entre eles, sobre o semi-proletariado, etc. Para Aquino de Bragança, o campesinato moçambicano, ao contrário do operariado, era muito diversificado e só análises empíricas detalhadas poderiam dar conta dessa diversidade. Residia aqui também a sua outra obsessão: a ideia de que o que se passava

em Moçambique era novo, não estava nos livros e por isso resistiria a ser tratado segundo as receitas teórico-ideológicas vigentes.

86. O Curso de Desenvolvimento voltou a ser recentemente objecto de análise (Bussoti 2008; Harlow 2008).
87. O questionamento do marxismo e a necessidade de criatividade teórica para dar conta de realidades novas formulados por John Saul foram objecto de longos debates no CES por essa mesma altura. A minha síntese pessoal, que obviamente não compromete o CES, do que era válido no marxismo e do que devia ser revisto ou abandonado veio a ser publicado em Santos 1994: 25-46, num capítulo intitulado “Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também?”.
88. Geffray faz uma análise muito perceptiva do ambiente de trabalho e das relações entre investigação e comando político que se viviam no CEA nos primeiros dez anos da sua existência (1988: 71-85).
89. A evolução do pensamento de John Saul sobre a FRELIMO e os processos políticos pós-independência é digna de nota. Veja-se um texto notável sobre “Repensar o Estado-Frelimo” (1993).
90. Ver, Santos, 2000; 2003 (org.) 2006; Santos, Meneses e Nunes, 2004 e Santos e Meneses, 2009.
91. Não se tomou em conta na altura que os saberes camponeses tradicionais tanto foram manipulados pelo colonialismo como foram fonte de resistência ao colonialismo e que após a libertação e apesar da demonização de que foram alvo, continuaram a ser uma fonte de compreensão da realidade e da ordem social. No domínio da justiça e da resolução de litígios ver por exemplo, Santos e Trindade, 2003 e no domínio da medicina tradicional Meneses, 2004.
92. Bridget O’Laughlin (2002), analisa o peso da “materialidade ideológica” na prática política dessa época, dando como exemplo o modo como, em 1980, a FRELIMO confrontou os trabalhadores portuários em luta pela reestruturação do trabalho e aumentos salariais.
93. António Quadros foi um notável intelectual, activista e artista. Português-moçambicano ou moçambicano-português, foi acima de tudo um internacionalista com um talento multifacetado como provam os vários heterónimos a que recorreu para dar expressão à sua intervenção em diferentes domínios. Assim nasceram João Pedro Gravato Dias e Mutimati Barnabé João (Forjaz, 2008). Regressou a Portugal esquecido pelas histórias oficiais. Tal como Aquino de Bragança, merece ser recordado.
94. Refere João Paulo Borges Coelho (2007) que Aquino de Bragança se referia ao TBARN como “o projecto do louco” enquanto António Quadros se referia ao CEA como “aquela coisa do intriguista internacional”.
95. Os cínicos dirão que nunca teve suficiente poder político para cair, na prática, em contradição com as suas posições. Eu direi que foram estas posições as grandes responsáveis por nunca ter tido poder político. Aliás, no final da sua vida, Aquino de Bragança sentia-se crescentemente marginalizado e aventou mesmo a hipótese de abandonar o país.

Referências

- AJOPE, 1986, 'Tribute to Revolutionaries: Aquino de Braganca - An Appreciation', *African Journal of Political Economy*, 1 (1): pp. x-xii.
- Andrade, Mário Pinto de, 1978, 'Hierarquia de privilégio na sociedade colonial portuguesa' in Aquino de Bragança; Immanuel Wallerstein (orgs.) *Quem é o inimigo?* Lisboa: Iniciativas Editoriais. Volume 1, pp. 138-146.
- Andrade, Mário Pinto de, 1997, *Uma Entrevista*. Lisboa: Sá da Costa.
- Andrade, Mário Pinto de, 1998, *Origens do nacionalismo Africano*. Lisboa: D. Quixote.
- Andringa, Diana, 2009, *Da "lumpen-aristocracia" à luta pela independência*. (<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/09/04/da-%c2%ablumpen-aristocracia%bb-a-luta-pela-independencia-35>). 10 de Agosto de 2010.
- Anweiler, O., 1958, *Die Rätebewegung in Russland 1905-1921*. Leiden: Brill.
- Beittel, Mark, 1980, 'Report on Mozambique Workshop, Fernand Braudel Center; 16 Fevereiro', *Research Bulletin Southern Africa and the World Economy*, nº 2 (Junho). Nova Iorque: Fernand Braudel Center for the Studies of Economics, Historical Systems, and Civilizations, pp. 3-14.
- Borges Coelho, João Paulo, 2003, 'Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-colonial Violenta: Sobre um Legado das Guerras Coloniais nas Ex-Colónias Portuguesas', *Lusotopie*, pp. 175-193.
- Borges Coelho, João Paulo, 2007, *Memória dos dias moçambicanos de Ruth First*. Comunicação apresentada no Colóquio Moçambique no Contexto da África Austral e os Desafios do Presente: Repensando as Ciências Sociais. Maputo (mimeo).
- Borges Coelho, João Paulo, 2009, *A 'Literatura Quantitativa' e a Interpretação do Conflito armado em Moçambique (1976-1992)*. Trabalho apresentado à Conferência Internacional 'Pobreza e Paz nos PALOP' realizada no Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, em Novembro de 2009.
- Bragança, Aquino de, 1963, 'Le Portugal de Salazar', *Révolution Africaine*, 20, pp. 5-8.
- Bragança, Aquino de, 1973, "Le complot contre Cabral", *Afrique-Asie*, 24, pp. 8-15.
- Bragança, Aquino de, 1974, "Une Experience Unique dans l'histoire", *Afrique-Asie*, 71, pp.18-20.
- Bragança, Aquino de, 1975a. Entrevista a Augusto de Carvalho. *Expresso*. 10 de Março.
- Bragança, Aquino de, 1975b. "Melo Antunes a Aquino de Bragança", *Afrique-Asie*, 79, pp. 11.
- Bragança, Aquino de, 1976, *Amílcar Cabral*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Bragança, Aquino de; Wallerstein, Immanuel (orgs.), 1978, *Quem é o inimigo?* Lisboa: Iniciativas Editoriais, 3 volumes.
- Bragança, Aquino de, 1981, 'O marxismo de Samora', *Análise*, 7, pp. 43-50.
- Bragança, Aquino de; O'Laughlin, Bridget, 1984, 'The work of Ruth First in the Centre of African Studies', *Review*, VII (2), pp.159-172.

- Bragança, Aquino de; Depelchin, Jacques, 1986, 'Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique', *Estudos Moçambicanos*, 5/6, pp. 29-52.
- Bragança, Sílvia, 2009, *Aquino de Bragança. Batalhas ganhas, sonhos a continuar*. Maputo: Ndjira.
- Bussotti, Luca, 2008, *Saber, cidadania e dependência: estudos sobre a sociedade moçambicana contemporânea*. Turim: L'Harmattan Italia.
- Cabral, Amílcar, 1976, 'As lições positivas e negativas da revolução africana,' in Andrade, Mário (org.) *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A Arma e da Teoria. Unidade e Luta*. Lisboa: Seara Nova, pp. 189-220.
- Cabral, Amílcar, 1978a, 'A importância do marxismo-leninismo' in Aquino de Bragança; Immanuel Wallerstein (orgs.) *Quem é o inimigo?* Lisboa: Iniciativas Editoriais. Volume 2, pp. 180-182.
- Cabral, Amílcar, 1978b, 'O papel da cultura na luta pela independência' in Aquino de Bragança; Immanuel Wallerstein (orgs.) *Quem é o inimigo?* Lisboa: Iniciativas Editoriais. Volume 3, pp. 313-333.
- Cabrita, João M., 2005, *A Morte de Samora Machel*. Maputo: Edições Novafrica.
- Casimiro, Isabel Maria Cortesão, 2004, *Paz na Terra, Guerra em Casa. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Casimiro, Isabel Maria Cortesão, 2008a, *Cruzando lugares, percorrendo tempos: mudanças recentes nas relações de género em Angoche*. Dissertação de doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Casimiro, Isabel Maria Cortesão, 2008b, "Mulheres de Mirrepe em defesa da sua dignidade", in Cunha, Teresa; Santos, Celina (org.) *Das raízes da participação*. Granja do Ulmeiro: AJP.
- Castanheira, José Pedro, 1995, *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Centro de Estudos Africanos, 1979, *Zimbabwe: notes and reflections on the Rhodesian question*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Christie, Iain, 1988, *Machel of Mozambique*. Harare: Zimbabwe Publishing House.
- Christie, Iain, 1989, *Samora Machel: a biography*. Londres: Zed Books.
- Cruz e Silva, Teresa, 1993, 'Dois episódios da vida de Eduardo Mondlane, narrados por Pedro Demy', *Estudos Moçambicanos*, 13: 159-167.
- Cruz e Silva, Teresa, 1998, 'The Influence of the Swiss Mission on Eduardo Mondlane (1930-1961)', *Journal of Religion in Africa*, 28 (2): pp.187-209.
- Cruz e Silva, Teresa, 1999, 'A Missão Suíça em Moçambique e a formação da juventude: a experiência de Eduardo Mondlane (1930-1961)'. *Estudos Moçambicanos*. Maputo, 16, pp.67-104.
- Cruz e Silva, Teresa, 2001, *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique. O caso da Missão Suíça*. Maputo: Promédia.
- Depelchin, Jacques, 1987, 'Remembering Aquino de Bragança' *Research Bulletin Southern Africa and the World Economy. Tribute to Aquino de Bragança*. Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, 6, pp. 2-8.

- Depelchin, Jacques, 2008, 'Porquê falar do Aquino de Bragança?' *Pambazuka*. (<http://pambazuka.org/pt/category/features/47521>). 7 de Julho de 2010.
- Dias, Jorge, 1964-1970, *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Ignatev, Oleg Konstantinovich, 1975, *Três Tiros da P.I.D.E.: Quem, Porquê e Como, Mataram Amílcar Cabral*. Lisboa: Prelo.
- Fanon, Frantz, 1967, *Toward the African Revolution*. Nova Iorque: Grove Press.
- Feijó, Rui Graça, 2006, *Timor. Paisagem Tropical com Gente Dentro*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Ferreira, Eduardo De Sousa, 1973, 'Amílcar Cabral: Theory of Revolution and Background to His Assassination', *Ufabamu*, 3, pp. 49-68.
- Ferro, Marc, 1967, *La révolution de 1917*. Paris: Aubier.
- First, Ruth, 1965, *117 days: An account of Confinement and interrogation under South African Ninety-Day Detention Law*. Harmondsworth: Penguin.
- First, Ruth, 1970, *The Barrel of a Gun: Political Power in Africa and the Coup d'état*. Londres: Allen Lane.
- First, Ruth; Steele, Jonathan; Gurney, Christabel, 1972, *The South African Connection: Western Investment in Apartheid*. Londres: Temple Smith.
- First, Ruth, 1974, *Libya: The Elusive Revolution*. Harmondsworth: Penguin.
- First, Ruth, 1977, *The Mozambican Miner: A study of export labour*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- First, Ruth, 1980, 'Editorial', *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 2-8.
- First, Ruth, 1983, *Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*. Londres: Harvester.
- Forjaz, José, 2008, 'Recordando António Quadros', in João, Mutimati Barnabé, *Eu, o Povo*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes.
- Fortuna, Carlos, 1993, *O fio da meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo, 1860-1960*. Porto: Afrontamento.
- Francisco, António Alberto da Silva, 2003, "Reestruturação económica e desenvolvimento", in Santos, B.S.; Trindade, J. C. (orgs.), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, pp. 141-178.
- Francisco, António Alberto da Silva, 2009, *Bazarconomia da Protecção Social em Moçambique na primeira década do séc. XXI: Venenos do passado, remédios do presente, futuro enfeitado?* Trabalho apresentado à IIª Conferência IESE "Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique", Maputo, Abril de 2009.
- Francisco, António Alberto da Silva; Ali, Rosimina, 2009, *Como é que a Pobreza é Projectada e Percebida a Partir das Janelas Virtuais da Internet? Resultados de uma Pesquisa a 150 Websites*.

- Trabalho apresentado à IIª Conferência IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”, Maputo, Abril de 2009.
- Geffray, Cristian, 1988, ‘Fragments d'un discours du povoir (1975-1985): du bon usage d'une mèconnaissance scientifique’, *Politique Africaine*. Paris, 29, pp. 71-85.
- Guedes, Armando Marques; Mendes, Nuno Canas (orgs.), 2008, *Ensaíos sobre nacionalismos em Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Hanlon, Joseph, 1984, *Mozambique: revolution under fire*. Londres: Zed Books.
- Harlow, Barbara, 2008, “A teleological problematic: Ruth First to/from Dar es Salaam and Maputo”, paper apresentado na 12ª Assembleia Geral do CODESRLA, Yaoundé, 7 a 12 de Dezembro de 2008.
- Harlow, Barbara, 2010, *Looked Class, Talked Red: Ruth First, an intellectual biography*. Londres: Pluto Press.
- Jolliffe, Jill, 1976, *East Timor. Nationalism and Colonialism*. St. Lucia: University of Queensland Press.
- Ki-Zerbo, Joseph, 2005, “African Intellectuals, Rationalism and Pan-Africanism: a testimony”, in Mkandawire, T. (org.) *African Intellectuals: rethinking language, gender and development*. Londres: Zed Books, pp. 78-93.
- Lenin, V.I., 1970, *Selected Works in Three Volumes*, vol. 2. Moscovo: Progress Publishers.
- Lloyd-Jones, Stewart; Pinto, António Costa (orgs.), 2002, *The Last Empire. Thirty years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect Books.
- Macamo, Elísio 2003, ‘Da disciplinarização de Moçambique: Ajustamento estrutural e as estratégias neo-liberais de risco’, *Africana Studia*, 6: 231-255.
- Macamo, Elísio, (org.) 2005a, *Negotiating Modernity – Africa’s Ambivalent Experience*. Londres: Zed Books
- Macamo, Elísio, 2005b, *Abecedário da nossa dependência*. Maputo: Ndjira.
- Mama, Amina, 2010 “Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa académica e liberdade”, in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, pp. 603-637.
- Marcum, John A., 1973, ‘Guinea Bissau: Amílcar Cabral, the Meaning of an Assassination’, *Africa Report*, 18 (Março), pp. 21-23.
- Meneses, Maria Paula, 2004, “Quando não há problemas, estamos de boa saúde, sem azar nem nada’: para uma concepção emancipatória da saúde e das medicinas”, in Boaventura de Sousa Santos e Teresa Cruz e Silva (org.), *Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social*. Maputo: CFJJ, pp. 77-110.
- Meneses, Maria Paula, 2010a, “Poderes, direitos e cidadania em Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, 9-42.
- Meneses, Maria Paula, 2010b, *Uma perspectiva cosmopolita sobre os estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança*. Comunicação apresentada no Colóquio em Homenagem

- a Aquino de Bragança, organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, 23 e 24 de Setembro de 2009.
- Milhazes, José, 2009, *Angola: O Princípio do Fim da União Soviética*. Oeiras: Vega.
- Milhazes, José, 2010, *Samora Machel: Atentado ou Acidente?* Lisboa: Alêtheia.
- Mondlane, Eduardo, 1995 [1969], *Lutar por Moçambique*. Maputo: Nosso Chão.
- Munslow, Barry, 1985, *Samora Machel: an African Revolutionary*. Londres: Zed Books.
- Ncomo, Barnabé Lucas, 2003, *Uria Simango: um Homem, uma Causa*. Maputo: Edições Novafrica.
- Negrão, José, 2006, *Contribuições para a História de Moçambique. Samora e o desenvolvimento* (III). (http://www.canalmoz.com/default.jsp?file=ver_artigo&nivel=0&id=&idRec=513). 7 de Julho de 2010.
- Negrão, José, 2008, *Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural*. Maputo: Texto Editores.
- Neto, Agostinho, 1982, 'Who is the enemy? What is our objective?' in Bragança, Aquino de; Wallerstein, Immanuel (orgs.) *The African Liberation Reader*. Londres: Zed Press. Volume 3, pp. 210-219.
- Ngoenha, Severino, 2004, *Os tempos da Filosofia. Filosofia e Democracia Moçambicana*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Ngoenha, Severino, 2008, 'Ubuntu: Novo modelo de justiça glocal?', in Fernet-Betancourt, R. (org.), *Las Culturas del Saber y su Encuentro en el Dialogo Norte-Sur*. Denktraditionen im Dialog: Studien zur Befreiung und Interkulturalität 28, IKO – Verlag, pp. 95-105.
- Nkrumah, Kwame, 1961, *I Speak of Freedom: A Statement of African Ideology*. Londres: William Heinemann Ltd.
- Noa, Francisco, 1997, *Literatura Moçambicana: Memória e Conflito*. Maputo: Livraria Universitária.
- Noa, Francisco, 2003, *Império, Mito e Miopia - Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho Editora.
- O'Laughlin, Bridget, 2002, 'Contingent Identity and Socialist Democracy in the Port of Maputo', *ORPAS - Institute of Social Studies - Working Paper*, 372.
- Pachinuapa, Domingos Raimundo, 2009, *II Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Memórias de Raimundo Domingos Pachinuapa*. Maputo: Minerva Central.
- Pademore, George, 1938a, 'Fascism in the Colonies', *Controversy*, 2 (17).
- Pademore, George, 1938b, 'Hands off the Colonies!', *New Leader*, 25 de Fevereiro.
- Pinheiro, Patrícia McGowan, 1998, *Misérias do Exílio: os últimos meses de Humberto Delgado*. Lisboa: Contra Regra.
- Pires, José Cardoso, 1991, 'Nas palavras do próprio', *Almanaque*. (http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/cardoso_pires/1959.html). 14 de Julho de 2010.
- Prashad, Vijay, 2007, *The darker nations. A biography of the short lived third world*. Nova Deli: LeftWordBooks.

- Rafael, A., 2004, 'Chamava-se Aquino, o discreto mediador', *Diário de Notícias*, 18 Abril.
- Rita-Ferreira, António, 1960, 'Labour Emigration among the Moçambique Thonga - comments on a study by Marvin Harris', *Africa*, 30 (2): 141-152.
- Rita-Ferreira, António, 1967/68, 'Os africanos de Lourenço Marques', *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 9.
- Rocha, Edmundo, 2009, *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950 a 1964)*. Lisboa: Dinalivro.
- Rosa, Frederico Delgado, 2008, *Humberto Delgado: biografia do general sem medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Santos, Boaventura de Sousa, 1978, "Editorial", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 3-7.
- Santos, Boaventura de Sousa, 1990, *Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, 1993, *Portugal — Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, 1994, *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Cruzeiro, Maria Manuela; Coimbra, Maria Natércia, 1997, *O Pulsar da Revolução: Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, 2000, *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.), 2001, *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, 2002, 'Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade', in Ramalho, Maria Irene e Ribeiro, António Sousa (org.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.), 2003, *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João Carlos, 2003, *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.), 2004, *A fita do tempo da revolução. A noite que mudou Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado; Meneses, Maria Paula, 2004, 'Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo', in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, 2006a, *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.

- Santos, Boaventura de Sousa, 2006b, *The Rise of the Global Left. The World Social Forum and Beyond*. Londres: Zed Books.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.), 2007, *Another Knowledge is Possible. Beyond Northern Epistemologies*. Londres: Verso.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.), 2009, *Una Epistemología del Sur. La reinvencción del Conocimiento y la Emancipación Social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, CLACSO.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula, 2009a, *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa, 2009b, *Sociología Jurídica Crítica. Para un nuevo sentido común en el derecho*. Madrid: Editorial Trotta.
- Santos, Marcelino dos, 1962, 'Déclaration de principe de la Conférence des Organisations nationalistes des colonies portugaises (CONCP) adressée au Comité spécial de l'ONU pour les territoires administrés par le Portugal', *Présence Africaine*, 4 2: pp. 214-217.
- Saul, John, 1985, *A difficult road: The transition to socialism in Mozambique*. Nova Iorque: Montly Review Press.
- Saul, John, 1993, 'Rethinking the FRELIMO State', *Socialist Register*, pp. 139-166.
- Taylor, John G., 1991, *Indonesian Forgotten War*. Londres: Zed Books.
- Thiam, Iba Der; Mulira, James, 1999, 'Africa and the socialist countries' in Mazrui, A.A.; Wondji, J. (org.), *UNESCO General History of Africa: Africa since 1935* (vol. VIII). S. Francisco: UNESCO / California University Press, pp. 798-828.
- Trotsky, Leon, 1967, *L'histoire de la Révolution Russe*. Vol. 1: Fevereiro. Paris: Seuil.
- Veloso, Jacinto, 2007, *Memórias em Voo Rasante*. Lisboa: Papa-Letras.
- Vieira, Sérgio; Martin, William G.; Wallerstein, Immanuel (org.), 1992. *How fast the wind?* Trenton: Africa World Press.
- Vieira, Sérgio, 2010, *Participei, por isso testemunho*. Maputo: Ndjira.
- Williams, Gavin, 1996, 'Ruth First's contribution to African studies', *Journal of Contemporary African Studies*, 14 (2): 197-220.
- Zamparoni, Valdemir, 2007, *De Escravo a Cozinheiro: Colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA/CEAO.

